3R Petroleum Óleo e Gás S.A.

Relatório Anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	25
Balanço patrimoniais	31
Demonstração dos resultados	33
Demonstração dos resultados abrangentes	34
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	35
Demonstrações dos fluxos de caixa	36
Demonstrações do valor adicionado	37
Notas explicativas às demonstrações financeiras	38

Mensagem da Administração

Em um ano especialmente desafiador e marcado por forte volatilidade nos mercados mundiais, a 3R demonstrou que sua tese para o setor de óleo e gás é resiliente e atrativa. A Companhia encerra o ano de 2020 fortalecida após realizar uma bem-sucedida abertura de capital, no segmento do Novo Mercado da bolsa brasileira, e se consolidar como uma das líderes no mercado de produção de hidrocarbonetos em campos maduros no país.

A 3R inicia o ano de 2021 **focada em oportunidades de crescimento de produção e receita em projetos de alta rentabilidade**, seja de forma orgânica, ao implementar planos de revitalização em ativos do seu portfólio, ou inorgânica, ao participar ativamente do processo de desinvestimento da Petrobras de ativos de produção *onshore* e *offshore*. Vale destacar que os pilares do plano estratégico da Companhia encontram-se ainda mais fortalecidos, ancorados em uma recuperação significativa dos preços de referência do barril de petróleo e na perspectiva de um progressivo retorno das atividades econômicas ainda em 2021, a partir da intensificação de campanhas de vacinação em diversos países.

Nesse contexto, é preciso reconhecer a excelência da entrega e alta dedicação dos colaboradores e executivos da Companhia, que conseguiram responder de forma eficaz aos desafios impostos por uma crise sanitária sem precedentes. De forma incansável e em conformidade com as mais rigorosas medidas de prevenção contra a Covid-19, o time 3R assumiu sua primeira operação no Rio Grande do Norte em maio de 2020, sem descontinuidade ou registro de acidentes com afastamento, implementando gradativamente os elementos essenciais de **nossa cultura: eficiência operacional, incremento da produção, redução de custos por barril e compromisso socioambiental.**

O resultado do 4T20 confirma a nossa estratégia e a confiança depositada em nossa tese pelos acionistas que ancoraram a oferta no processo de abertura de capital (IPO). Hoje, a 3R se orgulha em poder afirmar que superou, em menos de quatro meses após o IPO, todas as metas operacionais, estratégicas e de resultado estabelecidas no contexto da abertura de capital. Isso se reflete no valor das ações da Companhia, que, nesse período, **valorizaram mais de 110%**, **levando o *market cap* da 3R para aproximadamente R$4,9 bilhões.**

O crescimento exponencial da nossa base acionária confirma o reconhecimento do mercado de que a 3R é uma excelente alternativa para exposição ao setor de óleo e gás, por meio de uma Companhia independente e que atua no nicho de menor risco da cadeia: ativos em produção, ancorados em reservas provadas e prováveis, de baixo (ou nulo) risco exploratório, com alto potencial de incremento de produção e reservas. Vale destacar que tais ativos foram adquiridos a múltiplos muito atrativos (valor da aquisição por reservas provadas e prováveis) quando comparados a múltiplos de outras transações do processo de desinvestimento da Petrobras e de outros players da indústria.

Crescimento inorgânico: múltiplos de entrada atrativos e incremento substancial de reservas provadas e prováveis

No âmbito estratégico, a 3R foi bem-sucedida em suas negociações com a Petrobras, concretizando a assinatura de duas aquisições: Polo Recôncavo e Polo Peroá. Tais ativos agregarão reservas significativas ao portfólio da Companhia, tanto de óleo como de gás, reforçando o posicionamento estratégico nas principais bacias sedimentares brasileiras.

Em dezembro, a 3R assinou a aquisição do Polo Recôncavo, que inclui 14 concessões terrestres, dentre elas o campo de Candeias, o mais antigo do país e que deu início à história da exploração e produção de petróleo no Brasil, em 1941. Essa aquisição, subsequente à aquisição do Polo Rio Ventura (oito concessões), reforçou a atuação no Estado da Bahia, replicando o modelo de gestão e integração de operações em processo de implementação na Bacia Potiguar, onde a 3R já adquiriu 11 concessões. Dessa forma, o ganho de escala proporcionado pela atuação conjunta em 22 campos proporcionará aumento de produtividade, ganhos de sinergia e redução do custo de extração (*lifting cost*).

Como evento subsequente, já em janeiro de 2021, a 3R anunciou, em conjunto com a DBO, a assinatura da aquisição do Polo Peroá, marcando a entrada da Companhia no Estado do Espírito Santo. Esse ativo aumenta a participação de gás na produção total da 3R e posiciona a Companhia como uma das maiores produtoras de gás do país. A qualificação de operadora A perante a ANP foi determinante para o sucesso desta aquisição, concluída com um atrativo múltiplo de entrada por reserva 2P: 2,2 vezes.

O Polo é formado pelos campos de Peroá e Cangoá, que estão localizados em águas rasas e registraram produção em janeiro de 2021 de aproximadamente 787 mil metros cúbicos por dia de gás natural (aproximadamente 5.000 barris de óleo equivalente por dia).

A negociação também contempla o campo de Malombe, em que a Petrobras fez uma descoberta em 2011 e estimou um pico de produção potencial de 2,5 milhões de metros cúbicos dia. Malombe pode ser conectado por meio de um *tie-back* à plataforma não-habitada PPER-1 e ao gasoduto de transporte de gás que escoa a produção até o município de Linhares, onde se localiza um terminal de gás e ponto de venda dos hidrocarbonetos. Vale ressaltar que tanto a plataforma quanto o gasoduto compõem os ativos transferidos à 3R em tal transação, o que reduz substancialmente o custo logístico e viabiliza a venda de gás a valores atrativos à própria Petrobras ou alternativamente ao mercado local e às distribuidoras.

Com a conclusão de tais aquisições, que atualmente encontram-se em fase de transição junto à Petrobras, a 3R incorporará ao seu portfólio 73,4 milhões de barris de reserva 2P (dos quais 57,6 milhões barris são reserva 1P) e uma produção de 7.700 barris de óleo equivalente por dia (média em janeiro de 2020), passando a deter 173,8 milhões de barris de reserva 2P (dos quais 126,4 milhões barris são reserva 1P), reforçando sua posição como um dos maiores produtores de óleo e gás do país.

Desempenho operacional: primeiros resultados do processo de revitalização

No âmbito operacional, o 4T20 marca o fim da tendência de declínio de produção do Polo Macau apresentada pelo antigo operador nos últimos anos, com a estabilização dos processos produtivos, substituição de equipamentos obsoletos, reforço dos sistemas de automação, controle e transferência de dados, bem como a intensificação das atividades de reativação de poços, hibernados ou paralisados por falta de manutenção, e primeiras atividades de intervenção em poços para acessar novos reservatórios (*workover*).

Tais atividades foram essenciais para a tendência de incremento de produção observada nos resultados operacionais apresentados do Polo em janeiro e fevereiro de 2021, já apresentados ao mercado: Macau produziu uma média de 4.593 barris de óleo por dia em fevereiro, melhor mês de produção de óleo no ativo desde agosto de 2017. Este resultado representa um aumento de 25% na produção quando comparado a fevereiro de 2020, ou de 28% em relação a junho de 2020, mês em que a 3R assumiu a operação em Macau.

Estes resultados refletem os incrementos de produção oriundos da primeira rodada de atividades de investimento (*CapEx*) somados à aplicação de uma gestão ativa, suportada por toda *expertise* do corpo técnico da 3R, e a escolha de parceiros adequados para a operação e manutenção de campos maduros.

O resultado operacional do Polo Macau e de 35% no Polo Pescada permitiu que a Companhia entregasse uma receita anual superior a R$200 milhões e mais um trimestre com **resultado operacional e EBITDA ajustado positivos, suportados por um *lifting cost* de US$6,25/boe,** o que reforça a resiliência financeira da 3R e a coloca como um *benchmark* entre os players independentes que atuam no Brasil.

A expectativa da 3R é **manter-se focada nos indicadores operacionais, com a constante busca de diluição de custos fixos por meio do incremento da produção**. Importante notar que parte significativa dos custos administrativos e de pessoal da Companhia já se encontram dimensionados para operar os ativos adquiridos e serão diluídos assim que a 3R assumir a operação dos Polos que compõem o portfólio atual: Fazenda Belém, Rio Ventura, Recôncavo, Peroá & Cangoá e Pescada Arabaiana.

Com tais ativos, espera-se manter o custo de extração médio eficiente, abaixo de US$10 por barril de óleo equivalente (conforme previsto nas certificações de reserva), suportado pelas sinergias entre os campos e pela infraestrutura facilitada, uma vez que os ativos adquiridos pela 3R possuem estações coletoras, plantas de separação e dutos de escoamento que reduzem significativamente os custos logísticos de nosso portfólio.

Obtenção de Sudene para o Polo Macau: incentivo fiscal que reduz a alíquota combinada de Imposto de Renda e Contribuição Social de 34% para 15,25%

Outra meta estratégica alcançada pós-IPO foi a obtenção do incentivo fiscal da SUDENE, referente à redução da alíquota de Imposto de Renda para o Polo Macau. O benefício permite redução fixa de 75% do Imposto de Renda, pelo prazo de 10 anos, e vai reduzir a alíquota combinada de IRPJ e Contribuição Social de 34% para 15,25% para as receitas oriundas das atividades produtivas do ativo. A expectativa da Companhia é estender o pedido do incentivo fiscal a todos os Polos do portfólio atual da Companhia, inclusive para Peroá & Cangoá e para Pescada Arabaiana, uma vez que tais ativos, embora sejam *offshore*, escoam a produção de gás e óleo condensado para a costa, os quais são vendidos em municípios abrangidos pela SUDENE.

Reforço ao time de executivos: profissional com ampla experiência em processos corporativos e em Gás & Energia ...

Para complementar e fortalecer os atributos da experiente equipe de executivos da Companhia, desde 1º de março de 2021, Hugo Repsold se juntou à equipe 3R para assumir a Diretoria Corporativa e de Gás & Energia da Companhia. Com 37 anos de experiência no setor e tendo liderado como diretor as áreas de Desenvolvimento da Produção, Gás & Energia e Corporativo da Petrobras, Hugo reforça a capacidade de entrega de suprimentos e implementação de tecnologia para as operações *onshore* e *offshore* dos polos em produção da 3R, bem como auxiliará nas negociações estratégicas para melhor monetização dos volumes representativos de gás produzidos no Rio Grande do Norte, Bahia e Espírito Santo.

ESG: geração de energia GTW e revitalização das comunidades onde atua, com geração de empregos e fortalecimento da indústria e economia locais

A 3R finalizou o processo competitivo para seleção da empresa que realizará a locação de pequenas centrais termoelétricas e a prestação de serviços de geração de energia a partir do gás produzido no Polo Macau (*gas-to-wire*). Além de minimizar a ventilação direta de gases para a atmosfera e a queima no sistema de segurança das estações coletoras (*flare*), quando comparado aos volumes ventilados ou queimados pelo antigo operador, a iniciativa também impactará positivamente a redução do custo de energia alocado no processo de produção (redução do *lifting cost*).

Com suporte da comunidade, da indústria e do comércio local, a 3R reforça o seu importante papel para o desenvolvimento socioeconômico das regiões em que atua. Ao promover a capacitação da mão de obra e priorizar fornecedores locais, a 3R gera empregos e receita para as comunidades em que está presente, sempre atenta à segurança de todos e aos cuidados com o meio ambiente.

Novas oportunidades e fortalecimento da estrutura de capital

Por fim, a Companhia reforça o seu compromisso com a melhoria contínua dos resultados do Polo Macau e com a conclusão bem-sucedida da transição operacional dos demais ativos que compõem o portfólio da 3R.

No âmbito estratégico, a 3R reforça o seu interesse em participar de forma competitiva do processo de desinvestimento de ativos *onshore* e *offshore* da Petrobras e de outros concessionários, bem como estuda formas de fortalecer sua estrutura de capital para suportar possíveis novas aquisições.

Prevenção e foco em saúde e segurança

A Companhia, alinhada às recomendações da Organização Mundial de Saúde e do Ministério da Saúde, continua a adotar medidas preventivas, de forma a preservar a saúde e segurança de seus colaboradores e fornecedores. Dentre as diversas iniciativas adotadas, destacam-se:

- Implementação de sistema híbrido de trabalho para as áreas administrativas;
- Provimento de infraestrutura e tecnologia (mobiliário e *hardwares*) para suporte do modelo;
- Distribuição de equipamentos de proteção individual, incluindo máscaras faciais e álcool gel;
- Adoção de medidas de distanciamento e fortalecimento das rotinas de higienização;
- Ampla testagem de colaboradores;
- Monitoramento, avaliação e suporte quanto à saúde física e mental dos colaboradores.

Em que pese o cenário desafiador, a Companhia mantém suas operações sem impactos relevantes no que tange aos impactos da pandemia do Covid-19 e permanece atuando de forma diligente em prol da saúde e segurança de todos os seus colaboradores, fornecedores e sociedade em geral. As medidas preventivas implementadas estão em constante avaliação pela 3R e continuarão vigentes pelo tempo necessário, podendo ser realinhadas conforme evolução da situação.

ESG – *Environmental*, Social e Governança Corporativa

A 3R desenvolve uma tese de investimento de longo prazo, incorporando as diretrizes ESG (*Environmental*, Social e Governança Corporativa) desde o princípio. A geração de valor para os acionistas está ancorada na eficiência operacional, disciplina financeira e na responsabilidade social, suportadas pelas melhores práticas de governança corporativa e por um robusto programa de gestão socioambiental.

Environmental (Ambiental)

Atualmente, a Companhia tem como meta suprir, a partir de projetos de geração de energia alternativa, 100% da energia elétrica necessária para operação do Polo Macau em suas operações.

Uma das iniciativas para geração de energia, ainda em fase de contratação da empresa especializada, é a reativação de três aerogeradores presentes no Polo Macau, que tem potencial de gerar até de 30% da energia consumida na operação.

Para os 70% restantes de energia demandada em Macau, a 3R finalizou o processo competitivo para seleção da empresa que realizará a locação de pequenas centrais termoelétricas e a prestação de serviços de geração de energia a partir do gás produzido no Polo Macau (*gas-to-wire*). Além de minimizar a ventilação direta de gases para a atmosfera e a queima no sistema de segurança das estações coletoras (*flare*), quando comparado aos volumes ventilados ou queimados pelo antigo operador, também impactará positivamente a redução do custo de energia alocado em nosso processo de produção (redução do *lifting cost*), um dos custos mais relevantes da operação.

Adicionalmente, a 3R está construindo uma planta de separação de óleo-água para suportar a operação no Polo Macau. A iniciativa é necessária para que a Companhia exerça um estrito controle sobre o volume de água e óleo produzidos em suas operações, pois tem potencial de minimizar as divergências de apuração nas centrais coletoras, e torna o controle da operação do Polo mais eficiente, além de minimizar o desperdício e poluição da água usada em suas operações.

Social

O compromisso com a saúde e segurança dos colaboradores e fornecedores é permanente e faz parte de um amplo programa de gestão da Companhia, cuja abordagem preventiva e o suporte de especialistas refletem em resultados: (i) baixo impacto do Covid-19 nas operações, e (ii) ausência de acidentes com afastamento desde que a 3R assumiu a operação no Polo Macau, em maio de 2020.

O setor de óleo e gás tem grande relevância no desenvolvimento econômico do país, sendo um incentivador industrial em toda a cadeia de suprimentos. As atividades da 3R fomentam a economia regional em diversas frentes, nas quais se destacam: (i) investimento local, (ii) geração de emprego e renda nas comunidades, (iii) geração de royalties, e (iv) ampliação da infraestrutura adjacente às áreas de operação.

Mais especificamente na cadeia do gás, a Companhia acompanha de perto os avanços da Nova Lei do Gás (PL nº 6.407/2013), que tem por objeto abrir caminho para abertura e competitividade no mercado de gás natural. Nesse sentido, a 3R, maior produtora de gás do Estado do Rio Grande do Norte, considerando a produção do Polo Macau e os outros polos em fase de transição localizados na Bacia Potiguar, terá papel relevante na economia local, sendo capaz de negociar diretamente com as distribuidoras e indústrias locais para o abastecimento de gás.

Essa iniciativa permite com que a Companhia monetize melhor a sua produção de gás, impacto positivo sobre a geração de impostos, e que os consumidores finais sejam abastecidos com preços mais competitivos quando comparados à dinâmica atual.

Governança

Desde o processo de abertura de capital a 3R emprega o mais alto nível de governança corporativa, ratificado pela adesão voluntária ao segmento Novo Mercado da B3 e implementação das melhores práticas, direcionadas pelos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade social. A Companhia entende serem essas as premissas básicas para assegurar o desenvolvimento do seu plano de negócios, de maneira confiável e respaldo reputacional de seus acionistas e do mercado em geral.

A Administração da 3R tem por característica a expertise, a multiculturalidade e a complementaridade de experiências, promovendo um debate efetivo das matérias em análise, amparada por técnica, isenção e fundamentos, o que fortalece os critérios de tomada de decisão.

Adicionalmente, a 3R conta com um Comitê de Auditoria de alto nível técnico e atuante no que tange a avaliação e monitoramento das exposições de risco, além dos critérios de avaliações contábeis e fiscais. De forma complementar, a Companhia dispõe de uma estrutura de auditoria interna, com o objetivo de realizar avaliações independentes, imparciais e tempestivas, e com uma área de *compliance*, cujo objeto permeia todas as áreas do negócio, destacando-se em: (i) fortalecer o código de conduta e política de integridade, (ii) atuar em processo de *due diligence*, (iii) gerenciar o canal de denúncias e (iv) monitorar o cumprimento de políticas e processos.

Gestão de Portfólio e Estratégia

A tese de investimentos da 3R, amparada por sua habilitação como Operador A perante a ANP, visa capturar oportunidades de aquisição de ativos maduros *onshore* e *offshore*, que se enquadram nas seguintes condições: (i) em produção; (ii) com alta proporção de reservas provadas; (iii) com capacidade de incremento de produção a partir de investimentos com *payback* acelerado; (iv) com infraestrutura logística que facilite o escoamento e a venda dos produtos; e, principalmente, (vi) aquisições com múltiplos por reserva atrativos, como os que foram alcançados pela Companhia em todas as suas transações dos últimos trimestres.

O modelo de negócio e a estratégia da 3R não estão expostos aos riscos tradicionais de projetos em fase de exploração, pois não englobam prospecção e a fase de busca por reservas ainda não descobertas. A Companhia gere seu portfólio buscando a aquisição de campos que já se encontram em produção, em escala comercial, e que apresentam oportunidades de incremento de produção como consequência de uma operação mais eficiente e pela implementação de projetos de revitalização. Este modelo de gestão se aplica para campos localizados em terra, águas rasas e profundas.

Após o processo de abertura de capital, realizado em novembro de 2020, a 3R assinou contrato para aquisição do Polo Recôncavo e na sequência, já em janeiro de 2021, a Companhia também confirmou a aquisição do Polo Peroá. Com as duas aquisições, a 3R passa a contar com 6 ativos operacionais em seu portfólio, localizados em 3 bacias sedimentares diferentes: (i) a Bacia Potiguar, que contempla os Polos Macau (A), Pescada Arabaiana (B) e Fazenda Belém (C); (ii) a Bacia do Recôncavo, que engloba os Polos Rio Ventura (D) e Recôncavo (E); e (iii) Bacia do Espírito Santo que conta com o ativo offshore denominado Polo Peroá (F).

A aquisição do Polo Peroá marca a entrada da 3R no Estado do Espírito Santo e a consolida na indústria como uma companhia independente, com portfólio diversificado em produção de óleo e gás e com representatividade nacional em campos maduros. No âmbito estratégico, as aquisições representam um incremento significativo na produção de gás da 3R e posicionam a Companhia como uma das maiores produtoras de gás natural na indústria nacional.

É importante ressaltar que todos os campos adquiridos pela 3R Petroleum não possuem quaisquer obrigações relativas a programas exploratórios (Programa Exploratório Mínimo – PEM) por se tratar de ativos em fase de produção ou descoberta de gás já realizada pela Petrobras, no caso da concessão de Malombe. Após o cumprimento dos ritos de transição previstos nos contratos de aquisição e da aprovação da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, as licenças e operação dos polos serão transferidos para a gestão da Companhia, com expectativa de conclusão para o segundo semestre de 2021.

Localização, Formação de Clusters e Sinergia dos Ativos da 3R

Como estratégia de crescimento, a Companhia busca ativos ancorados em reservas provadas e prováveis, com alto potencial de incremento no fator de recuperação e aumento de produção, permitindo a diluição de custos fixos e reduzindo o custo de extração por barril. Com este plano e mantendo a disciplina financeira para aquisição de ativos a múltiplos de reserva atrativos, a 3R consolidou em seu portfólio dois *clusters* de ativos: o primeiro na Bacia Potiguar, com polos localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, e o segundo *cluster*, localizado na Bacia do Recôncavo, no Estado da Bahia, com a aquisição do Polo Rio Ventura e o Polo Recôncavo, proporcionando um maior aproveitamento de sinergias operacionais e logísticas.

Cluster da Bacia Potiguar - Os Polos *onshore* de Macau e Fazenda Belém, somados ao Polo *near shore* (ativos localizados em águas rasas, sem tripulação, operados remotamente e com produção escoada por dutos) de Pescada Arabaiana estão localizados na Bacia Potiguar e formam juntos um cluster de ativos que utilizam de forma conjunta toda a estrutura para suportar a operação nesses ativos.

Ao assumir Macau, a Companhia investiu na construção de uma nova sala de controle, de modo a tornar a operação do Polo mais segura e automatizada, permitindo monitorar em tempo real uma parcela significativa de poços que representam mais de 70% da produção total de óleo do ativo. Tal sala será utilizada para integrar e monitorar simultaneamente os Polos de Fazenda Belém e Pescada Arabaiana. Atualmente, mais de 50% dos poços de Macau já estão automatizados e essa estratégia deve ser replicada para todas as operações *onshore* da 3R.

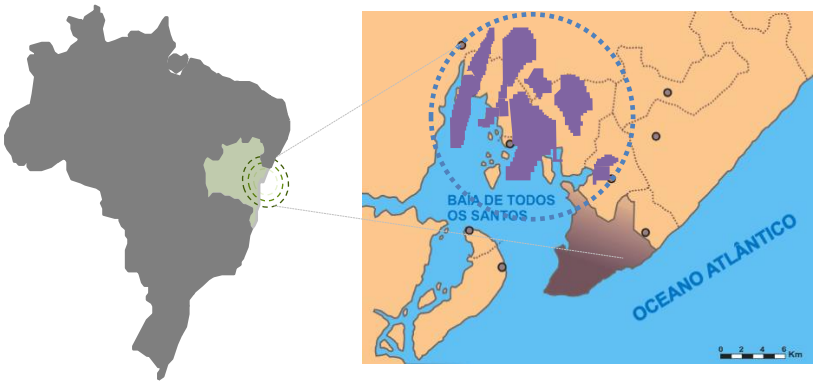
Considerando os três ativos, a produção total média diária em 2020 foi de aproximadamente 8.145 barris de óleo equivalente. O cluster apresenta potencial para gerar forte sinergia e redução de custos, com ganho de escala proporcionado pela atuação conjunta em tais concessões, acarretando aumento de produtividade, ganhos de sinergia e redução do custo de extração (*lifting cost*).

Cluster da Bacia do Recôncavo - A aquisição do Polo Recôncavo, subsequente à aquisição do Polo Rio Ventura, abre caminho para a 3R estabelecer uma operação relevante na Bacia do Recôncavo, aumentando, assim, sua atuação no Estado da Bahia. Esta iniciativa marca o início da estratégia da Companhia de replicar o mesmo formato de integração de ativos, já adotada na Bacia Potiguar, e formar um segundo cluster de integração de ativos em uma região com rico histórico de produção, com campos com alto potencial de incremento de produção, com reservas provadas de óleo de alta qualidade (elevado grau API e baixo teor de enxofre) e alto potencial sinérgico e de redução do custo de operação entre os ativos.

Considerando os dois ativos, a produção total média diária em 2020 foi de aproximadamente 6.280 barris de óleo equivalente. Assim como no Cluster da Bacia Potiguar, há potencial para sinergias por meio de (i) otimização de equipes, fornecedores e prestadores de serviços relativos à operação e (ii) centralização da infraestrutura logística e de telecomunicações, controle e automação.

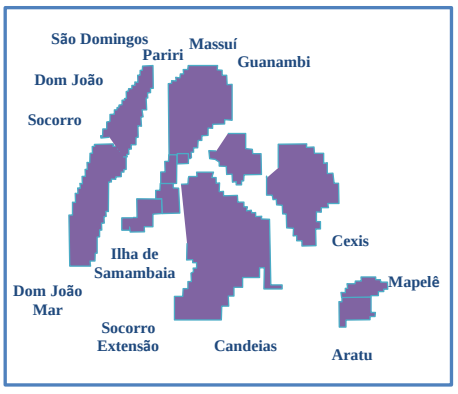
Dessa forma, a 3R espera alcançar um *lifting cost* competitivo na Bacia do Recôncavo, além de criar oportunidades comerciais para ampliar a capacidade de monetização de seus produtos, implementando, assim, o seu modelo de gestão, pautado em eficiência, aumento de produtividade, baixo custo operacional e geração de valor para seus acionistas.

Polo Recôncavo (E)



Em 17 de dezembro de 2020, a 3R assinou o contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras em 14 campos terrestres de produção, denominados Polo Recôncavo, localizados no Estado da Bahia. O Polo Recôncavo compreende os campos terrestres de Aratu, Ilha de Bimbarra, Mapele, Massuí, Candeias, Cexis, Socorro, Dom João, Dom João Mar, Pariri, Socorro Extensão, São Domingos, Cambacica e Guanambi. Atualmente, a Petrobras é operadora com 100% de participação nessas concessões, com exceção de Cambacica e Guanambi, em que possui participação majoritária de 75% e 80%, respectivamente.

O Polo Recôncavo, que inclui o campo de Candeias, o mais antigo do país e que deu início a história da exploração e produção de petróleo no Brasil no ano de 1941, representou mais um importante passo na trajetória da 3R para se consolidar como uma companhia relevante e independente no setor de óleo e gás, com um portfólio diversificado e com representatividade nacional.



O valor total da transação foi de US$250 milhões, sendo que (i) US$10 milhões pagos na data de assinatura; e (ii) US$240 milhões a serem pagos no fechamento da transação, ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

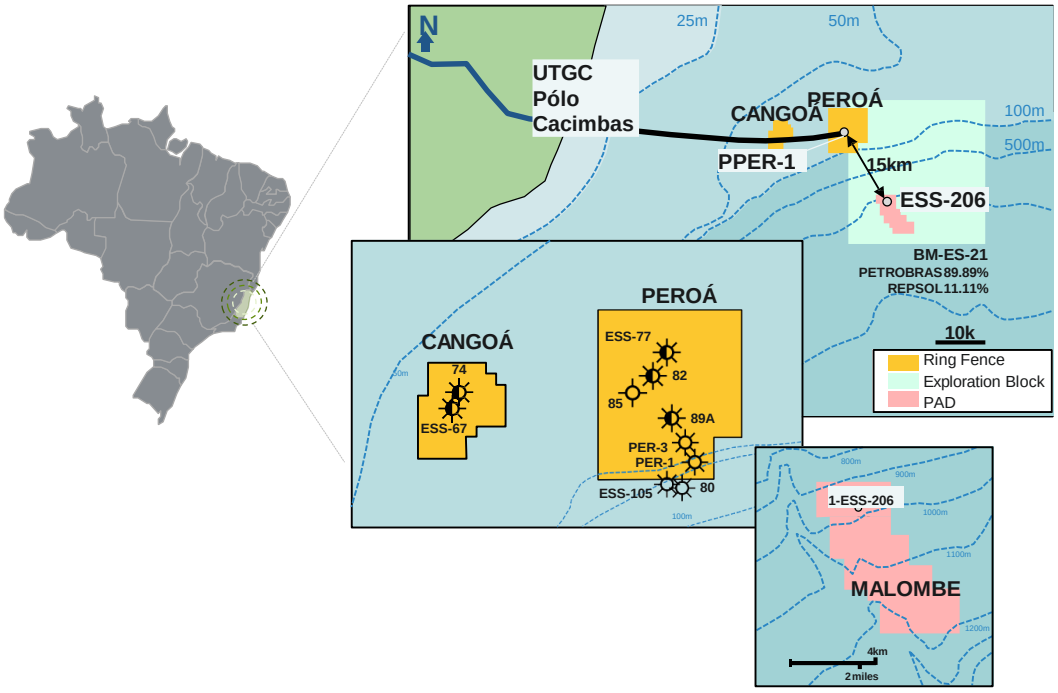
A certificação de reservas do Polo Recôncavo indica um volume de reservas provadas mais prováveis (2P) de 61,2 milhões de barris, sendo 46,7 milhões de barris, classificados como reserva 1P (76,3% das reservas 2P), atingindo um atrativo múltiplo de entrada por reserva 2P: US$4,1/boe.

A produção média do Polo Recôncavo em 2020 foi de aproximadamente 2.146 barris de óleo por dia (bpd) e 468 mil m³/dia de gás natural, totalizando aproximadamente 5.089 barris de óleo equivalente por dia no ano. O ativo conta com 1,4 bilhões de barris de volume de óleo no reservatório e apresenta um fator de recuperação de 18% para o óleo e 23% para gás.

Com o objetivo de otimizar a monetização da expressiva reserva de gás do Polo Recôncavo, a 3R encontra-se em negociação com a concessionária dos serviços locais de gás canalizado para o Estado da Bahia, para potencial venda direta do gás produzido nestes campos.

Polo Peroá (F)

Em janeiro de 2021, a 3R assinou contrato para a aquisição de 50% da participação da Petrobras nos campos de produção de Peroá e Cangoá e BM-ES-21 (Plano de Avaliação de Descoberta de Malombe), denominados conjuntamente Polo Peroá, localizado na Bacia do Espírito Santo. Atualmente, a Petrobras é operadora do ativo com 100% de participação e, após a conclusão da transação, a 3R tornar-se-á operadora dos campos, em consórcio com a DBO Energia S.A. (“DBO”), cuja participação será de 50% do Polo.



O valor total da transação foi de US$55 milhões, sendo que (i) US$5 milhões foram pagos na presente data; (ii) US$7,5 milhões serão pagos no fechamento da transação; e (iii) US$42,5 milhões serão em pagamentos contingentes previstos em contrato, sendo 50% do valor a ser horando pela 3R e 50% pela DBO. Os valores não consideram eventuais ajustes e correções até o fechamento da transação.

Os pagamentos contingentes dividem-se em: (a) US$20 milhões a serem pagos caso ocorra a declaração de comercialidade do campo de Malombe, (b) US$12,5 milhões a serem pagos caso o Brent alcance US$48 na média de 12 meses a qualquer tempo a partir da data do *closing* da operação, e (b.1) a renovação dos contratos de concessão dos campos ou (b.2) a ocorrência da hipótese (a) acima; e (c) US$10 milhões se o Brent alcançar US$58 na média acima detalhada.

Os campos de Peroá e Cangoá estão localizados em águas rasas e registraram produção diária média em dezembro de 2020 de aproximadamente 740 mil m³/dia de gás natural (aproximadamente 4.850 boe por dia, incluindo a produção de óleo condensado). O Polo é

operado remotamente através de uma plataforma não habitada e sua produção é escoada através de dutos para unidade de tratamento de gás de Cacimbas (no município de Linhares, no Espírito Santo), em total consonância com a tese da 3R para aquisição de ativos. O ativo conta com 17 bilhões de metros cúbicos de volume de gás no reservatório e tem fator de recuperação de 57%, versus *benchmark* de 80% na indústria.

A certificação de reservas do Polo Recôncavo indica um volume de reserva 2P, para 100% do ativo, de aproximadamente 24,5 milhões de barris, sendo 89% ou, 21,8 milhões de barris, classificados como reserva 1P. Dessa forma, a 3R adquiriu o Polo por um múltiplo de entrada muito competitivo, de US$2,2/boe por reserva 2P.

A aquisição do Polo Peroá marca a entrada da 3R no Estado do Espírito Santo e a consolida na indústria como uma companhia independente, com portfólio diversificado em produção de óleo e gás e com representatividade nacional em campos maduros. O Polo Peroá representa um incremento significativo na produção de gás da 3R e posiciona a Companhia como uma relevante produtora independente de gás no mercado brasileiro.

O Cluster de Peroá também contempla o campo de Malombe, descoberto em 2011, com a perfuração do poço exploratório 1-ESS-206. Para viabilizar a produção do campo, será necessário concluir a completação do poço e sua interligação (*tie-back*) à plataforma não habitada localizada na concessão de Peroá. O referido campo tem pico de produção estimado pela Petrobras em 2,5 milhões de metros cúbico por dia de gás.

Considerando a produção total dos 6 ativos a serem operados pela 3R, a média de 2020 foi de aproximadamente 17.900 barris de óleo equivalente por dia, sendo 14.200 barris de óleo equivalente por dia referente à participação da 3R em tais concessões após a conclusão dos processos de transição junto à Petrobras.

Certificação de reservas e Múltiplos de entrada

Polo Recôncavo: conforme comunicado da Companhia em 17 de dezembro de 2020, a 3R assinou contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) para a compra do Polo Recôncavo que compreende 100% dos campos terrestres de Aratu, Ilha de Bimbarra, Mapele, Massuí, Candeias, Cexis, Socorro, Dom João, Dom João Mar, Pariri, Socorro Extensão, São Domingos, Cambacica e Guanambi, com exceção de Cambacica e Guanambi, em que a participação é 75% e 80%, respectivamente.
Em 16 de março de 2021, a consultora independente DeGolyer & MacNaughton emitiu relatório de reservas certificando, segundo os critérios do Petroleum Resources

Reservas:	Volumes (mm boe)	VPL 10 (mm USD)
Provadas ("1P")	46,7	367,5
Provadas e prováveis ("2P")	**61,2**	**611,4**
Provadas, prováveis e possíveis ("3P")	77,1	825,4

Management System (PMRS), as reservas do Polo Recôncavo conforme tabela abaixo:

Polo Peroá: Conforme comunicado da Companhia em 1 de fevereiro de 2021, a 3R assinou, em consórcio com a DBO Energia S.A. ("DBO"), contrato com a Petrobras para a compra do Polo Peroá que compreende os campos de produção de Peroá e Cangoá e BM-ES-21 (Plano de Avaliação de Descoberta de Malombe). A Companhia terá 50% de participação no ativo, e sua parceira a DBO ficará com a parcela remanescente.

Em 15 de março de 2021, a consultora independente Gaffney Cline emitiu relatório de reservas certificando, segundo os critérios do Petroleum Resources Management System (PMRS), as reservas do Polo Peroá conforme tabela abaixo:

Reservas (WI 50%):	Volumes (mm boe)	VPL 10 (mm USD)
Provadas (1P)	10,9	89,6
Provadas e prováveis (2P)	**12,3**	**104,6**
Provadas, prováveis e possíveis (3P)	14,6	130,1

Atualizações das certificações de Fazenda Belém, Pescada-Arabaiana e Rio Ventura

A Companhia, dado seu compromisso em manter seus acionistas, investidores e mercado em geral devidamente informados, solicitou à consultora independente Gaffney Cline, a atualização dos relatórios dos ativos Polo Fazenda Belém, Pescada Arabaiana e Rio Ventura emitidos em junho e julho de 2020, pois, em decorrência da assinatura do contrato de compra dos ativos e devido à proximidade do closing destas transações, os volumes foram reclassificados integralmente como reservas 1P, 2P e 3P.

Visão geral dos ativos da Companhia

A Companhia reforça sua tese em continuar buscando adquirir ativos em produção com grande parcela de suas reservas classificadas como provadas e, com menores investimentos, redesenvolver seus ativos incrementando ainda mais suas reservas de modo a agregar mais valor a seu portfólio.

Na tabela abaixo, a 3R apresenta os resultados consolidados de suas últimas certificações para cada um de seus ativos:

	1P		*2P*		*3P*	
Ativo	**Volume (mm boe)**	**VPL 10 (mm USD)**	**Volume (mm boe)**	**VPL 10 (mm USD)**	**Volume (mm boe)**	**VPL 10 (mm USD)**
Macau	42,6	408,2	47,9	441,1	53,4	492,4
Fazenda Belém	7,1	69,6	12,6	132,6	14,8	157,4
Pescada & Arabaiana	3,6	31,9	15,1	114,6	16,3	123,4
Rio Ventura	15,5	223,5	24,9	367,1	36,2	560,9
Recôncavo	46,7	367,5	61,2	611,4	77,1	825,4
Peroá	10,9	89,6	12,2	104,6	14,6	130,1
Total	**126,4**	**1.190,3**	**173,8**	**1.771,4**	**212,4**	**2.289,6**

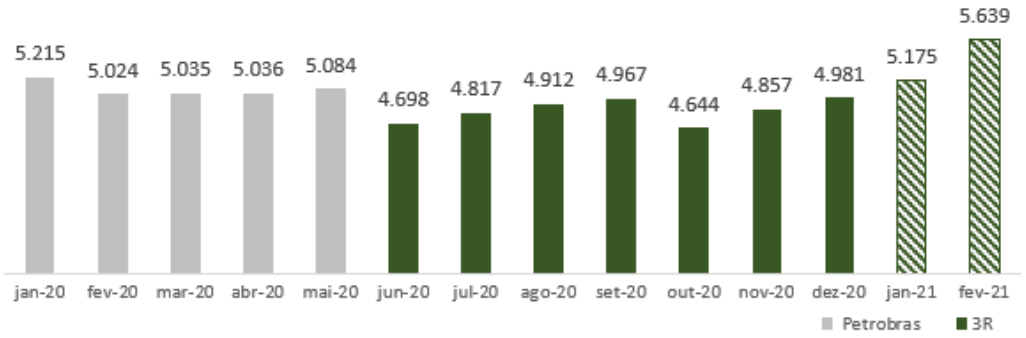
Desempenho Operacional

Produção | Polo Macau

A operação do Polo Macau atingiu o patamar de produção de aproximadamente cinco mil barris de óleo equivalente por dia em dezembro de 2020, um aumento de 6,0% quando comparado com junho, mês que a 3R assumiu a operação do ativo. No 4T20 a produção média diária foi de 4.830 boe, estável quando comparada com o trimestre anterior. O resultado no trimestre foi puxado pelo aumento na produção de óleo, que também foi o principal vetor de crescimento no resultado preliminar e não auditado da produção de janeiro e fevereiro 2021.

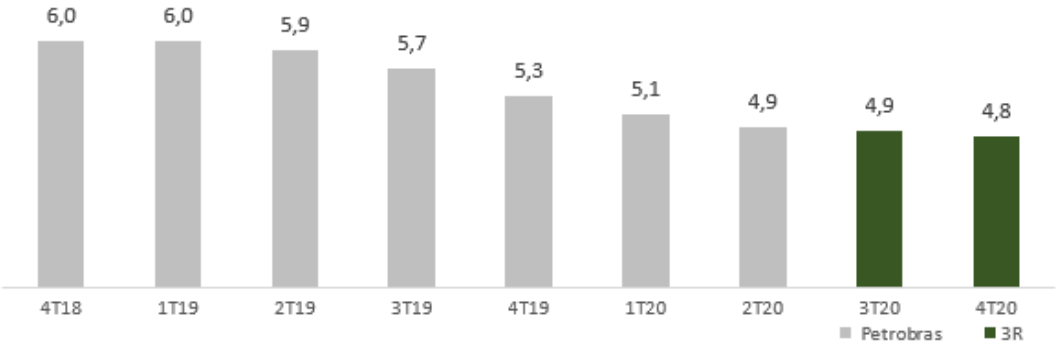
No gráfico abaixo é possível observar a produção média diária de barril de óleo equivalente por mês em 2020. A produção de outubro foi impactada pelo processo programado de troca e atualização de equipamentos utilizados pela Petrobras, intervenção necessária para viabilizar a precisão das medições do campo e o incremento de produção planejado para os meses seguintes. Além disso, a Companhia também focou na reativação de poços (mais de 25 poços reativados em Macau) durante o quarto trimestre, impactando positivamente o resultado da produção a partir destas intervenções. O resultado do trimestre demonstra o potencial do Polo quando exposto à uma gestão eficiente e ativa, apoiada por um corpo técnico altamente qualificado e experiente na revitalização de campos maduros *onshore*.

Produção Polo Macau – boe médio por dia | Mensal



No trimestre a produção total foi de 348.982 barris de óleo e 7.420.597 m³ de gás, ainda impactados pela paralisação parcial das plataformas de Aratum, as quais aguardam licenciamento ambiental para serem reativadas, e com a parada técnica para manutenção e avaliação de diversos poços de gás no Polo.

Produção Polo Macau – boe médio por dia | Trimestre

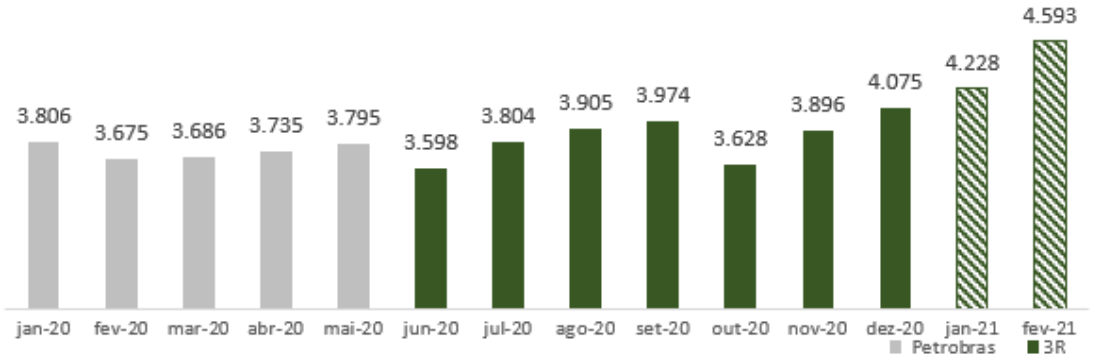


Produção de Óleo | Polo Macau

A análise isolada da produção média diária de óleo do Polo Macau Macau reforça o forte resultado operacional da 3R em 7 meses de operação do Polo Macau. Em dezembro, a produção de óleo do Polo atingiu a média de 4.075 barris por dia, um aumento de 13,3% quando comparado com junho de 2020, mês que a Companhia assumiu a operação do Polo, mais que compensando a paralisação momentânea de alguns poços produtores e o declínio natural esperado de campos maduros. Fazendo a mesma comparação com dezembro do ano anterior, o aumento é de 10% e com novembro de 2020 o aumento é de 4,6%.

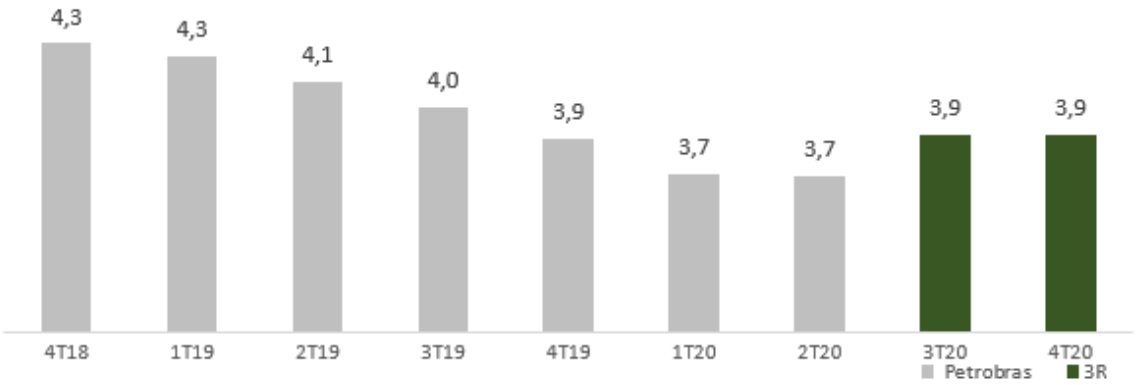
O resultado preliminar e ainda não auditado dos primeiros 2 meses de 2021 confirmam a tendência de aumento de produção em Macau e já reflete o primeiro impacto das intervenções técnicas executadas no final do 4T20. Em janeiro de 2021 a produção média diária foi de aproximadamente 4200 barris de óleo, seguida pela produção de fevereiro que somou 4 barris. O resultado de fevereiro representa o melhor mês de produção de óleo em Macau desde agosto de 2017 e quando comparado com fevereiro de 2020 apresenta um aumento de 25%.

Produção de Óleo | Polo Macau – bbl médio por dia - Mensal



No 4T20 a produção média diária foi de 3,9 mil barris de óleo, resultado estável quando comparado com o trimestre anterior. Esse resultado comprova a tese e o *core business* da 3R: revitalização de campos maduros em um curto espaço de tempo, com o emprego eficiente de recursos financeiros da Companhia.

Produção de Óleo | Polo Macau – bbl médio por dia - Trimestral

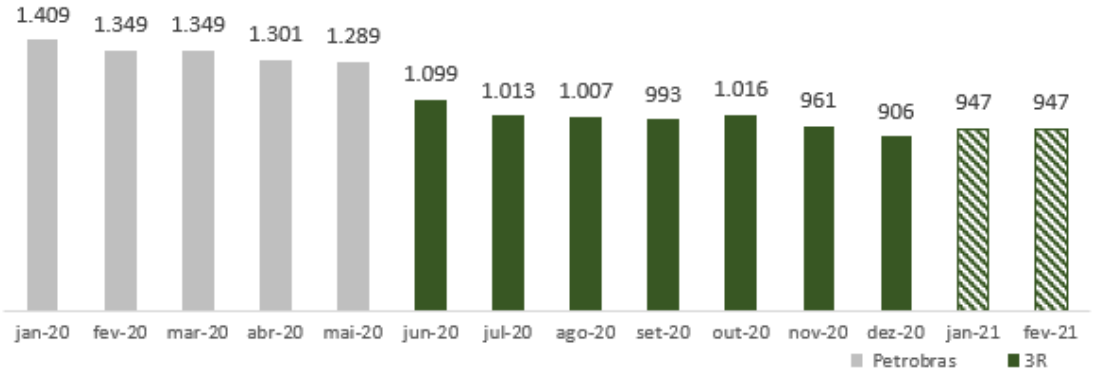


Produção de Gás | Polo Macau

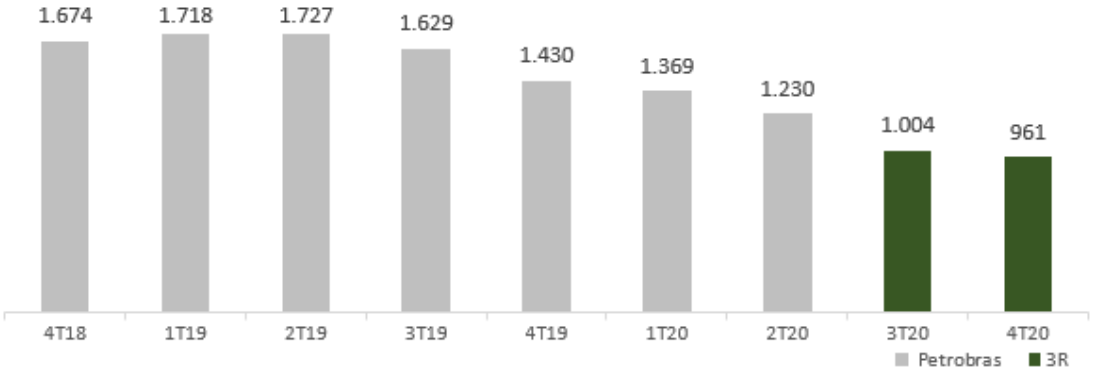
A produção de gás no Polo Macau apresentou uma leve queda no trimestre por uma série de razões, sendo as principais: (i) parada técnica para reavaliação programada de alguns poços; (ii) transferência de licença do Ibama da Petrobras para a 3R; e (iii) redução da produção de poços de gás enquanto a Companhia constrói, junto a Petrobras e órgãos envolvidos, uma solução para o tratamento do gás produzido no Polo.

Abaixo é possível observar a produção média diária por mês (estável) e por trimestre de gás no Polo Macau.

Produção de Gás | Polo Macau - boe médio por dia – Mensal



Produção de Gás | Polo Macau - boe médio por dia – Trimestral



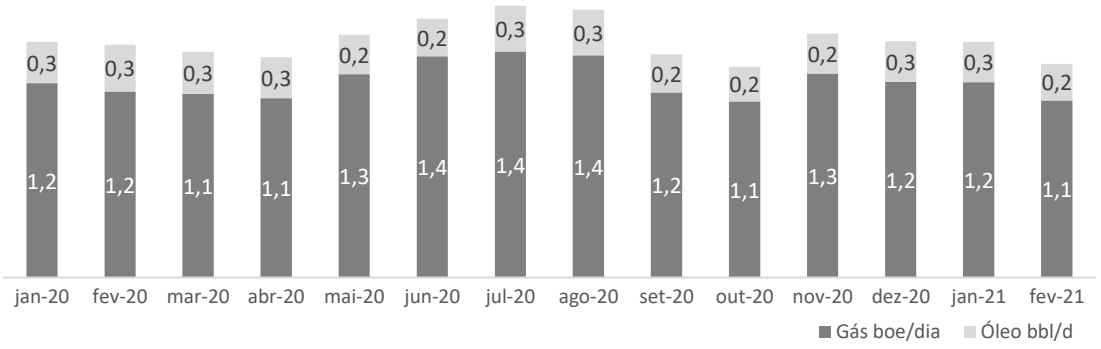
Produção Polo | Pescada Arabaiana

O Polo Pescada e Arabaiana é atualmente operado pela Petrobras e se encontra em processo de transição operacional para 3R. A previsão para o término desse processo é de julho de 2021. A produção do Polo Pescada apresenta declínio dentro do esperado para campos maduros sem investimento em revitalização.

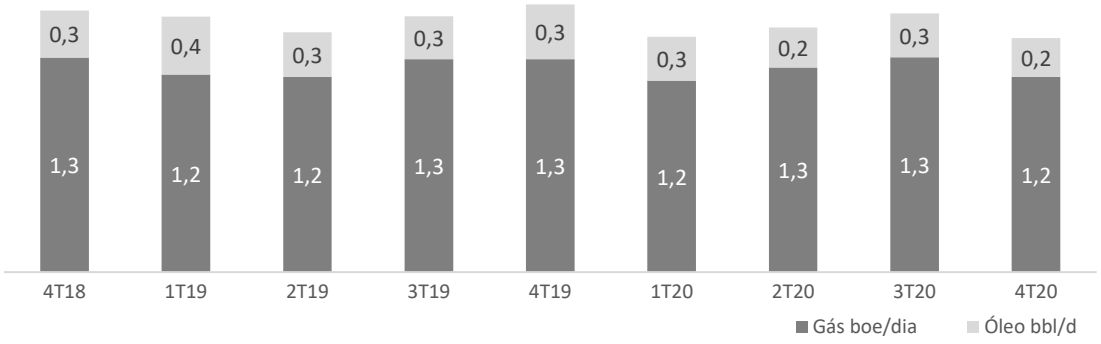
A Companhia já detinha 35% dos direitos do ativo e adquiriu em julho de 2020 os 65% restantes. A data efetiva da aquisição é janeiro de 2020, ou seja, toda a geração de caixa desde a data efetiva será abatida do valor a ser pago para Petrobras no fechamento da transação.

Abaixo é possível observar a produção média diária por mês e por trimestre em barril equivalente do Polo Pescada em 2020.

Produção de Gás | Polo Pescada Arabaiana - boe médio por dia - Mensal



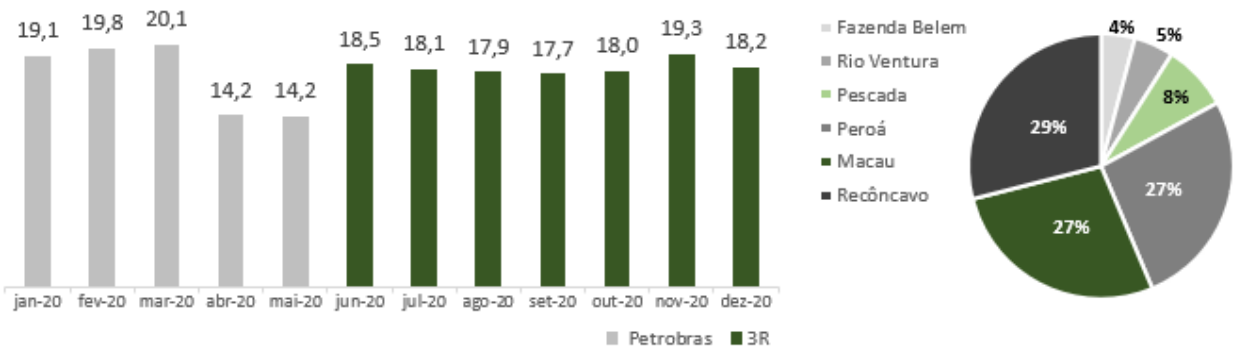
Produção de Gás | Polo Pescada Arabaiana - boe médio por dia - Trimestral



Produção Total 3R

Abaixo é possível observar a produção total operada pela 3R considerando os 6 Polos adquiridos pela Companhia: Macau, Pescada e Arabaiana, Fazenda Belém, Rio Ventura, Recôncavo e Peroá. Em dezembro, os Polos produziram juntos uma média diária operada de aproximadamente 18,2 mil barris de óleo equivalente, sendo Macau, o único ativo operado pela companhia, responsável por aproximadamente 27% da produção ou 4.981 boe em dezembro de 2020.

Produção 3R operada (boe/d) | Participação da produção por Polo (dez/20)



Eficiência Operacional, Tecnologia e Revitalização

A 3R busca eficiência operacional a partir da implementação de tecnologias simples de controle, automação e monitoramento. Desde que assumiu a operação do Polo Macau no fim de maio de 2020, a Companhia testou e comissionou seus sistemas de comunicação e ampliou a automação no campo. Ao final de 2020, a 3R já monitorava por meio de sua sala de controle mais de 50% dos poços do Polo Macau, o que reduz a necessidade de monitoramento visual e aumentando o *uptime* dos poços e sistemas, além de mitigar riscos operacionais.

No 4T20, foram investidos (*Capex*), aproximadamente, R$8,6 milhões, com foco em *(i)* intervenções em poços existentes para acessar reservatórios menos depletados e bloquear reservatórios com produção elevada de água (*workover*), que tem por objetivo realizar intervenções em poços existentes (em operação ou parados por falta de manutenção pelo antigo operador) para acessar reservatórios menos depletados e bloquear reservatórios com produção elevada de água e *(ii)* progressiva automatização de poços do Polo Macau, reduzindo-se a necessidade de monitoramento visual e aumentando o *uptime* dos sistemas. Os resultados preliminares da produção, em janeiro e fevereiro de 2021, já são o primeiro reflexo dessa rodada de investimento.

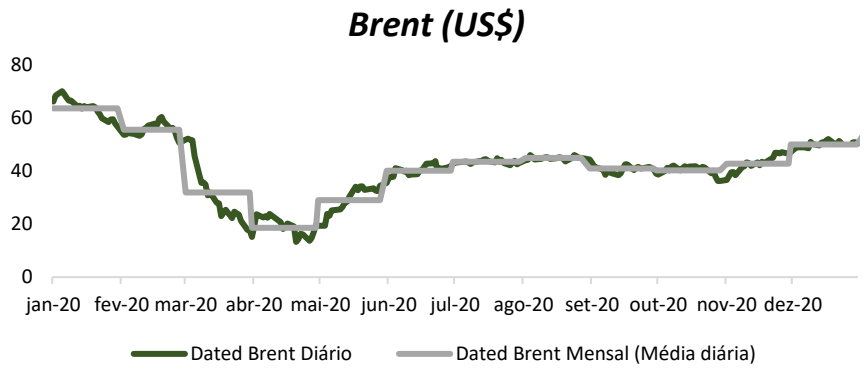
Por fim, no trimestre foram executadas diversas iniciativas de otimização operacional como: *(i)* reabertura e ativação de mais de 25 poços, que estavam parados por falta de manutenção corretiva pelo antigo operador; *(ii)* otimização dos métodos de elevação de óleo para buscar maior produtividade dos poços em produção; *(iii)* troca de equipamentos de medição de vazão obsoletos; e *(iv)* continuação de atividades de teste de provas hidráulicas, para diagnóstico de integridade de poços, identificando falhas de vedação em válvulas, bombas e tubos de poços.

Desempenho Financeiro

A Companhia apresenta abaixo o detalhamento do resultado financeiro para o quarto trimestre e o ano consolidado 2020 referente à 100% do Polo Macau, operado pela 3R, e 35% de Pescada e Arabaiana, operado pela Petrobras.

	4T20				2020
Demonstração de Resultado	**Macau (100%)**	**Pescada (35%)**	**Outros**	**3R**	**3R**
Receita Líquida	75.888	9.354	-	85.242	204.254
Custo do Produto Vendido	(35.228)	(8.114)	-	(43.342)	(106.235)
Royalties	(7.707)	(834)	-	(8.541)	(20.180)
Lucro Bruto	**40.660**	**1.239**	**-**	**41.900**	**98.019**
Despesas G&A	(13.708)	(4.564)	(1.149)	(19.421)	(59.538)
Outras receitas e despesas operacionais	(166)	22.630	(20.196)	2.268	(44.078)
Impairment	-	(46.130)	(120.624)	(166.755)	(166.755)
Lucro Operacional	**26.787**	**(26.825)**	**(141.969)**	**(142.007)**	**(172.351)**
Resultado Financeiro Líquido	(15.257)	7.996	(20.674)	(27.935)	(129.279)
Receita Financeira	1.006	309	261	1.577	75.068
Despesa Financeira	(16.263)	(672)	(71)	(17.006)	(158.358)
Variação cambial (perdas/ganhos)	-	8.359	(20.864)	(12.505)	(45.989)
Lucro antes de impostos	**11.530**	**(18.829)**	**(162.643)**	**(169.942)**	**(301.630)**
Imposto de renda e contribuição social	11.616	(3.907)	14.690	22.399	25.100
Lucro Líquido	**23.147**	**(22.736)**	**(147.953)**	**(147.543)**	**(276.530)**
Imposto de renda e contribuição social					
Resultado Financeiro Líquido					
Depreciação e Amortização	13.407	1.763	-	15.169	38.253
Depreciação e Amortização G&A	355	-	321	676	1.379
EBITDA	**40.549**	**(25.062)**	**(141.648)**	**(126.162)**	**(132.718)**
Margem EBITDA	**53,4%**	**-267,9%**	**-**	**-148,0%**	**-65,0%**
Ajustes não recorrentes	8.538	26.640	141.505	176.683	186.085
G&A	8.538	1.996	-	10.534	11.074
Outras receitas e despesas	-	24.644	141.505	166.149	175.011
EBITDA Ajustado	**49.087**	**1.578**	**(143)**	**50.521**	**53.367**
Margem EBITDA Ajustado	**64,7%**	**16,9%**	**-**	**59,3%**	**26,1%**

	4T20			2020
	Macau	**Pescada**	**3R**	**3R**
Produção de Óleo 4T20 (bbl)	348.982	7.705	356.686	851.979
Produção de Gás 4T20 (m^3)	7.420.597	6.132.984	13.553.581	40.343.799
Produção Total 4T20 (boe)	395.656	46.280	441.936	1.608.170
Taxa de câmbio final (R$/$)	5,20	5,20	5,20	5,16
Preço médio da venda de óleo (US$/bbl)	39,83	42,96	39,90	37,65
Preço médio da venda de gás (US$/MMbtu)	0,64	6,41	3,25	3,57
***Lifting Cost* / boe (US$)**	**$5,26**	**$12,25**	**$5,92**	**$6,25**



A receita líquida da Companhia somou R$85,2 milhões no 4T20, +4,4% vs 3T20, e reflete 100% da operação no Polo Macau, operado pela 3R, e 35% do Polo Pescada, operado pela Petrobras. Essa receita é resultado da venda de: (i) 356,69 mil barris de óleo no trimestre, a um preço médio de US$39,90/bbl, já considerando desconto sobre o barril de referência (*Brent*) e demais ajustes previstos em contrato, e (ii) 481.070,81 milhões de BTU de gás, a um preço médio de US$3,25/MMbtu. No total, a venda de óleo e gás alcançou 441,94 mil barris de óleo equivalente no 4T20.

O resultado do trimestre foi puxado pela eficiência operacional do Polo Macau, que encerrou o ano com produção média de 4.075 barris de óleo por dia em dezembro, +2,5% quando comparado com setembro 2020. No 4T20 a produção média diária alcançou 3.866, estável quando comparada com o 3T20. O Polo Macau foi responsável por 89,0% da receita no 4T20, enquanto os 11,0% restantes foram provenientes da produção do Polo Pescada.

No ano, a receita líquida totalizou R$204,3 milhões, das quais 84,2% se referem a venda de óleo e 15,8% estão atrelados a venda de gás. Em termos de representatividade, o Polo Macau contribuiu com 82,0% da receita líquida, enquanto 18,0% podem ser atribuídos a participação de 35% no Polo Pescada Arabaiana.

Vale destacar que:

(i) a geração de caixa do Polo Macau, desde 1º de abril de 2019, foi abatida do valor pago à Petrobras no *closing* da transação, dentre outros ajustes previstos no contrato de compra e venda;

(ii) a geração de caixa do Polo Fazenda Belém, desde 1º de abril de 2019, e de 65% do Polo Pescada, desde 1º de janeiro de 2020, serão abatidas do valor a ser pago à Petrobras no *closing* de tais transações, dentre outros ajustes previstos nos contratos de compra e venda; e

(iii) Para os demais ativos em processo de transição, não há ajustes ao valor a ser pago à Petrobras no *closing* de tais transações referentes à geração de caixa dos ativos durante o período de transição.

Se consideradas as receitas oriundas dos ativos supracitados nos itens (i) e (ii), durante o ano de 2020, estima-se que a Companhia teria uma receita líquida adicional de aproximadamente R$ 200 milhões, de acordo com os contratos de compra e venda de óleo e gás firmados com a Petrobras.

No âmbito da produção de gás, a 3R permanece sendo a maior produtora do Rio Grande do Norte, considerando a produção total dos Polos Macau e Pescada, localizados na Bacia Potiguar. Dada a sua relevância na economia local e sendo suportada pela Nova Lei do

Gás (PL nº 6.407/2013) (“Lei do Gás”), a Companhia monitora de perto os desdobramentos da abertura do mercado de gás no Brasil e estuda alternativas de monetização de sua produção. A aprovação da lei abre oportunidades estratégicas para Companhia monetizar a produção de gás, além de causar um forte impacto na economia do estado ao reduzir o preço de gás final para a indústria e para o cliente final.

O custo dos produtos vendidos (CPV) somou R$43,3 milhões no 4T20, -7,6% vs 3T20. Essa redução refere-se estritamente a base de comparação, dado que no trimestre passado havia R$9,7 milhões não recorrentes alocados no CPV. Se comparado ao CPV recorrente do 3T20, o 4T20 encerrou com incremento de 7,8%, diretamente relacionado com o desenvolvimento das operações no Polo Macau, com destaque para os impactos dos custos de operação, terceiros, tratamento de água e de energia elétrica. Os royalties das operações de Macau e 35% de Pescada somaram R$8,5 milhões no trimestre, o que representou 10,0% da receita líquida, em linha com os 9,9% do trimestre anterior. Em 2020, o CPV totalizou R$106,2 milhões, influenciado pela mesma dinâmica apresentada no quarto trimestre. Os royalties somaram R$20,2 milhões no ano, o que representou 9,9% da receita líquida.

Em consequência da dinâmica acima apresentada, a Companhia encerrou o 4T20 com lucro bruto positivo em R$41,9 milhões, sendo Macau responsável por 97% do resultado. No ano o lucro bruto totalizou R$98,0 milhões, dos quais R$83,4 milhões ou 85% oriundo das operações de Macau.

As despesas gerais e administrativas encerraram o 4T20 em R$19,4 milhões, influenciada principalmente por uma estrutura administrativa mais robusta e preparada para gestão de todo portfólio, incluindo os 5 ativos em fase de transição junto à Petrobras. O resultado também foi impactado pelo efeito não recorrente de prêmio e bonificação extraordinária, incluindo encargos, relativos à oferta inicial de ações da Companhia na B3, de aproximadamente R$10,0 milhões. Em 2020, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$59,5 milhões, contemplando as equipes e prestadores de serviço mobilizados durante o período de transição dos ativos em processo de aquisição, incluindo Macau entre janeiro e maio de 2020.

A categoria de outras receitas e despesas operacionais foi bastante impactada por efeitos contábeis não recorrentes no 4T20, oriundos de: (i) -R$21 milhões de ajuste de provisão de abandono, por alteração nas premissas econômicas, (ii) R$ 6 milhões de ajuste de conversão de moeda funcional em subsidiária e (iii) R$15 milhões referente acordo extrajudicial em subsidiária. No 4T20, outras receitas e despesas operacionais registraram despesas de R$2,3 milhões e no ano somou despesas de R$44,1 milhões.

A categoria de *impairment* foi bastante impactada por efeitos contábeis não recorrentes no 4T20, oriundos de R$167 milhões de *impairment*, por alterações nas premissas econômicas.

Com relação aos efeitos não recorrentes em 2020, a Companhia informa um total de R$186,1 milhões, nos quais se destacam: (i) ajuste de R$21,5 milhões de provisão de abandono na subsidiária OPP, (ii) *Impairment* realizado nos ativos de Camarão, R$113,5 milhões, Fazenda Pinaúna, R$7,1 milhões e Pescada e Arabaiana, R$46,1, (iii) prêmio relacionado ao IPO, incluindo encargos, R$10,0 milhões, (iv) impacto da troca de moeda funcional na subsidiária OPE, R$6,3 milhões, (v) acordo extrajudicial realizado por subsidiária OPE, ativo Fazenda Pinaúna, R$15,0 milhões, (vi) devolução de concessão, R$ 7,3 milhões e (vi) outros ajustes menores, R$2,7 milhões. Dos efeitos acima reportados, R$176,7 milhões foram registrados no 4T20 e R$9,4 milhões em trimestres anteriores.

A Companhia destaca que o efeito aplicado em 2020 sobre o ativo Camarão refere-se à reavaliação da Administração acerca das alternativas de desenvolvimento do ativo, que foram realinhadas para estratégia de investimento do Grupo 3R.

Em consequência da dinâmica acima apresentada, o resultado operacional da Companhia ficou negativo em R$142,0 milhões no 4T20 e R$172,4 milhões no ano de 2020.

O resultado financeiro líquido da Companhia encerrou o 4T20 negativo em R$27,9 milhões, impactado principalmente pelo serviço da dívida da debênture emitida para financiamento do Polo Macau, resultado financeiro de operações de derivativos (*hedge)* e variação cambial resultante da troca de moeda funcional na subsidiária OPE. No ano, o resultado financeiro líquido ficou negativo em R$129,3 milhões.

Em consolidação à dinâmica apresentada, a Companhia encerrou o 4T20 com prejuízo líquido de R$141,2 milhões e no ano 2020, prejuízo líquido de R$276,5 milhões.

EBITDA Ajustado

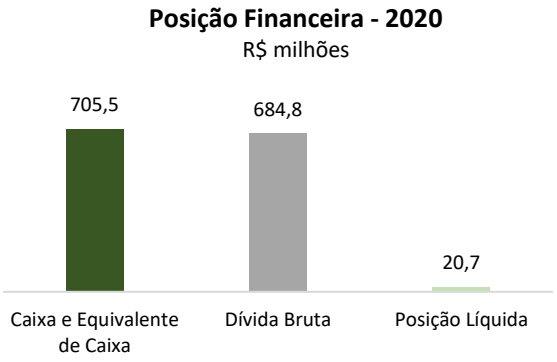
O EBITDA Ajustado da Companhia totalizou R$50,5 milhões no 4T20 e margem EBITDA Ajustada de 59,3%, excluindo os efeitos de custos e despesas não recorrentes da base de cálculo, conforme acima reportados. No ano, o EBITDA Ajustado somou R$53,4 milhões e margem positiva em 26,1%.

Lifting Cost

A Companhia traz no seu DNA o pilar de eficiência e permanece focada na implementação de seu modelo de negócios com operação de baixo custo. Seguindo essas diretrizes, a 3R encerrou o 4T20 com *lifting cost* extremamente competitivo, média de US$5,26/boe no Polo Macau, operado pela Companhia, e US$12,2/boe no Polo Pescada, operado pela Petrobras. De forma consolidada, a 3R encerrou o trimestre com *lifting cost* de US$5,9/boe. No ano, os resultados corroboram com a diretriz de eficiência proposta pela Companhia, o Polo Macau apresentou *lifting cost* médio de US*$5,7*/boe e o Polo Pescada (35% de participação) registrou *lifting cost* médio de US$9,7/boe. De forma consolidada, a 3R registrou *lifting cost* médio de US$6,3/boe em 2020.

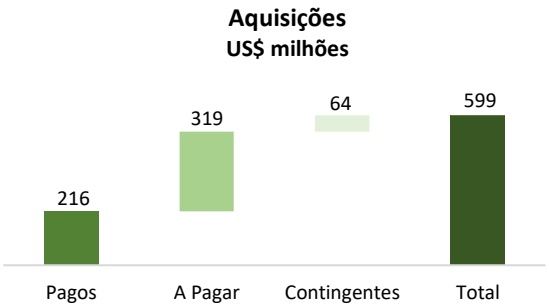
Estrutura Financeira

A Companhia encerrou o 4T20 com uma sólida posição de caixa e equivalentes de caixa, na ordem de R$705,5 milhões, fortalecida pelos recursos levantados no IPO, R$690 milhões brutos, em novembro de 2020. A dívida bruta registrou R$684,8 milhões referente ao serviço da dívida tomada para financiamento da aquisição do Polo Macau. A Companhia encerrou 2020 com uma posição líquida de caixa de R$20,7 milhões. Considerando as parcelas residuais dos ativos adquiridos, que se encontram em fase de transição junto à Petrobras, com contratos assinados, excluindo os efeitos de reajuste, a geração de caixa dos ativos e a aquisição do



Polo Peroá, realizada em janeiro de 2021, a 3R possuía, no encerramento de 2020, US$358,0 milhões em pagamentos a realizar para Petrobras, dos quais US$43,2 milhões são condicionados à determinadas condições precedentes. Se considerada a parcela devida pela participação de 50% do Polo Peroá, o montante a pagar à Petrobras soma US$383,0 milhões, sendo US$64,5 milhões contingentes.

O gráfico abaixo demonstra os montantes relacionados à aquisição de ativos, incluindo o Polo Peroá, parcela de 50%, e detalhamento quanto ao estágio dos montantes envolvidos.



Por fim, destaca-se que a Receita da Companhia é 100% dolarizada, enquanto os custos operacionais e administrativos são majoritariamente atrelados à moeda brasileira.

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telephone number +55 (21) 2207-9400, Fax number +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

3R Petroleum Óleo e Gás S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A.. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Concentração de receitas com cliente-chave

Chamamos à atenção para o fato que toda a receita de contrato com cliente da Companhia e suas controladas é proveniente da venda de petróleo e gás para um único cliente: a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, conforme descrito na nota explicativa n° 10. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Análise do valor recuperável de ativos (Impairment)

Veja as Notas Explicativas 7.j e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Para a avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (“*impairment*”), a Companhia estima o valor recuperável utilizando fluxos de caixa projetados das unidades geradoras de caixa (“UGCs”) de exploração e produção de petróleo e gás, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de fatores associados ao volume de produção futura e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, preço das commodities, custo de produção (“OPEX”), gastos com investimentos (“CAPEX”) e premissas econômicas como as taxas de desconto e as taxas câmbio. Devido ao grau de complexidade e subjetividade na determinação das premissas e projeções usadas nos fluxos de caixa futuros esperados em cada UGC, consideramos esse como um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação dos procedimentos para identificar a necessidade de constituição ou reversão de impairment; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas-chave utilizadas no teste de recuperabilidade dos ativos como a taxa de desconto, o preço futuro do petróleo e gás natural e as taxas de câmbio, comparando-as com fontes de mercado externas; - Avaliação da estimativa de volumes de recuperação das reservas de petróleo e gás utilizadas no fluxo de caixa descontado, e os prazos de recuperação das reservas, comparando-as com os volumes certificados por especialista externo contratado pela Companhia e com dados históricos de produção; - Avaliação da competência, capacidade, objetividade e independência do especialista externo contratado pela Companhia para certificar os volumes de reservas de petróleo e gás; - Avaliação, para as UGCs selecionadas, do CAPEX e OPEX utilizado na projeção de fluxo de caixa comparando o mesmo com orçamentos de longo prazo da Companhia, e, para o OPEX, com os custos de produção já incorridos, quando aplicável; Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores recuperáveis

	das UGCs são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2 – Provisão para abandono de áreas	
Veja as Notas Explicativas 7.j e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Como consequência das suas operações, a Companhia reconhece provisões relacionadas com sua obrigação de remover equipamentos e restaurar as áreas onde opera quando do abandono. A estimativa da Companhia para a provisão de desmantelamento de área inclui premissas relacionadas com a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental e para o desmantelamento e remoção das estruturas e equipamentos utilizados na produção de petróleo e gás natural, assim como o prazo e os custos estimados de abandono. Identificamos essa estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, e as incertezas relacionadas, em especial o prazo, os custos estimados de abandono e a taxa de desconto utilizada.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Análise, com auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas, das premissas econômicas utilizadas na determinação das taxas de inflação e de desconto; - Avaliação dos prazos de abandono baseados nos volumes de reservas existentes e nos planos de produção da Companhia; - Avaliação da competência, capacidade, objetividade e independência do especialista externo contratado pela Companhia para certificar os volumes de reservas de petróleo e gás, e do especialista externo contratado pela Companha para avalição dos custos de abandono estimados, quando aplicável; - Avaliação das bases de custo estimado de abandono, por característica dos poços, com os serviços principais que serão requeridos quando do abandono, e, para uma seleção de custos, comparando com relatórios externos da indústria ou com cotações recebidas para a implementação desses serviços principais; No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da provisão para abandono de áreas, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo das provisões para desmantelamento de áreas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

sponsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ-112835/O-7

3R Petroleum Óleo e Gás S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**9**	256.742	3.832	287.942	63.573
Aplicações financeiras	**9.1**	313.571	-	417.520	-
Contas a receber de terceiros	**10**	-	-	44.671	3.536
Contas a receber com partes relacionadas	**22**	645	-	-	-
Estoque		-	-	4.751	-
Despesas antecipadas		1.085	85	2.479	2.220
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	**11**	2.956	100	11.550	546
Ativos mantidos para venda	**12**	-	-	-	25.994
Outros ativos		-	1.181	2.904	1.101
Total do circulante		**574.999**	**5.198**	**771.817**	**96.970**
Realizavel a longo prazo					
Caixa restrito	**9.2**	-	-	3.692	19.192
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	**11**	142	1.204	4.326	6.295
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**25**	-	-	16.489	-
Depósitos judiciais		124	122	2.558	2.527
Outros ativos		192	745	192	5.711
		458	**2.071**	**27.257**	**33.725**
Investimentos	**14**	507.571	287.878	-	-
Adiantamento para cessão de blocos	**13**	-	-	121.266	-
Imobilizado	**15**	835	802	351.827	263.250
Intangível	**16**	783	845	835.658	845
Direito de uso	**26**	-	1.654	1.239	1.654
Total do não circulante		**509.647**	**293.250**	**1.337.247**	**299.474**
Total do ativo		**1.084.646**	**298.448**	**2.109.064**	**396.444**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

3R Petroleum Óleo e Gás S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	**19**	1.581	148	22.445	778
Debêntures	**18**	-	-	9.566	-
Derivativos	**35**	-	-	34.349	-
Obrigações trabalhistas		74	328	3.251	377
Valores a pagar ao operador	**17**	1.676	1.697	896	2.678
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	**20**	1.128	80	25.146	1.859
Provisão para pagamento de *Royalties*		-	-	3.082	244
Arrendamentos mercantis	**26**	-	567	282	567
Contas a pagar - Partes relacionadas	**22**	517	-	-	-
Passivos mantidos para venda	**12**	-	-	-	14.148
Outras obrigações	**21**	81	11	15.494	15.072
Total do circulante		**5.057**	**2.831**	**114.511**	**35.723**
Não circulante					
Debêntures	**18**	-	-	623.219	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	**22**	-	41.526	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**25**	-	14.840	-	14.840
Provisão para abandono	**23**	-	-	282.841	106.630
Provisão para contingências	**24**	706	1.417	960	1.417
Arrendamentos mercantis	**26**	-	1.041	1.005	1.041
Outras obrigações	**21**	1.783	-	9.428	-
Total do não circulante		**2.489**	**58.824**	**917.453**	**123.928**
Patrimônio líquido	**27**				
Capital social		1.228.618	327.267	1.228.618	327.267
Ações em tesouraria		-	(118)	-	(118)
Ajuste acumulado de conversão		108.980	8.479	108.980	8.479
Prejuízo acumulado		(260.498)	(98.835)	(260.498)	(98.835)
Total do patrimônio líquido		**1.077.100**	**236.793**	**1.077.100**	**236.793**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.084.646**	**298.448**	**2.109.064**	**396.444**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

3R Petroleum Óleo e Gás S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita líquida	**29**	-	-	204.254	32.400
Custo dos produtos vendidos	**30**	-	-	(106.235)	(16.031)
Lucro Bruto		**-**	**-**	**98.019**	**16.369**
Despesas gerais e administrativas	**31**	(5.606)	(5.367)	(59.538)	(43.877)
Outras despesas / receitas operacionais	**32**	(1.666)	7.716	(44.078)	(37.828)
(Perda) / reversão no valor recuperável de ativos	**32.1**	-	-	(166.755)	50.055
		(7.272)	**2.349**	**(270.371)**	**(31.650)**
Equivalência patrimonial	**14**	(212.053)	(32.494)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social		**(219.325)**	**(30.145)**	**(172.352)**	**(15.281)**
Receitas financeiras	**33**	237	428	75.067	6.527
Despesas financeiras	**33**	(19.404)	(1.272)	(204.345)	(19.377)
		(19.167)	**(844)**	**(129.278)**	**(12.850)**
Prejuízo antes do imposto e contribuição social		**(238.492)**	**(30.989)**	**(301.630)**	**(28.131)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**25**	-	-	(6.229)	(2.858)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**25**	14.840	(977)	31.329	(977)
Prejuízo líquido do exercício		**(223.652)**	**(31.966)**	**(276.530)**	**(31.966)**
Prejuízo líquido atribuído a:					
Proprietários da Companhia		(223.652)	(31.966)	(259.233)	(31.966)
Participação de acionistas não controladores		-	-	(17.297)	-
Prejuízo líquido do exercício		**(223.652)**	**(31.966)**	**(276.530)**	**(31.966)**
Prejuízo básico e diluído por ação – R$	**34**	**(13,77)**	**(26,88)**	**(17,02)**	**(26,88)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

3R Petroleum Óleo e Gás S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Prejuízo líquido do exercício	(223.652)	(31.966)	(276.530)	(31.966)
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajuste acumulado de conversão	100.501	12.840	100.501	12.840
Total de resultados abrangentes do exercício	**(123.151)**	**(19.126)**	**(176.029)**	**(19.126)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

3R Petroleum Óleo e Gás S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de conversão	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**327.267**	**-**	**(118)**	**(66.869)**	**(4.361)**	**255.919**	**-**	**255.919**
Ajuste de conversão	-	-	-	-	12.840	12.840	-	12.840
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(31.966)	-	(31.966)	-	(31.966)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**327.267**	**-**	**(118)**	**(98.835)**	**8.479**	**236.793**	**-**	**236.793**
Redução de Capital	(687)	-	-	-	-	(687)	-	(687)
Aumento de capital por meio da Incorporação da 3R Petroleum	263.308	-	-	(2.252)	-	261.056	-	261.056
Aumento de capital por meio de *Roll up* do acionista DBO	68.730	-	-	-	-	68.730	-	68.730
Aporte de capital por meio de Oferta Pública de Ações ("OPA")	570.000	120.000	-	-	-	690.000	-	690.000
Custo de transação associado ao OPA	-	(55.759)	-	-	-	(55.759)	-	(55.759)
Ações em tesouraria	-	-	118	-	-	118	-	118
Prejuízo líquido do período	-	-	-	(259.233)	-	(259.233)	(17.297)	(276.530)
Absorção de reserva de capital	-	(64.241)	-	64.241	-	-	-	-
Ajustes relacionados a apresentação consolidada (nota 7 (a))	-	-	-	35.581	-	35.581	17.297	52.878
Ajuste de conversão	-	-	-	-	100.501	100.501	-	100.501
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.228.618**	**-**	**-**	**(260.498)**	**108.980**	**1.077.100**	**-**	**1.077.100**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

3R Petroleum Óleo e Gás S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Prejuízo líquido do exercício	**(223.652)**	**(31.966)**	**(276.530)**	**(31.966)**
Ajustado por:				
Equivalência patrimonial	212.053	32.494	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(223)	-	(8.103)	-
Atualização não realizada de depósitos judiciais	(3)	(1)	(3)	(386)
Juros sobre arrendamentos	47	32	91	32
Juros não realizados sobre empréstimos, líquidos e outros	-	1.236	114.926	-
Derivativos não realizados	-	-	36.705	-
Variação cambial não realizada	2.029	-	51.948	4.595
Provisões para Contingências constituídas / (revertidas)	(711)	467	(457)	103
Provisão para *Impairment* constituída / (revertida)	-	-	166.755	(50.055)
Baixa de impostos não recuperáveis	-	-	-	9.738
Baixa de bens, planta e equipamento	-	866	2.866	13.565
Baixa de intangível	-	1.513	-	21.707
Incremento da provisão para abandono	-	-	(14.951)	14.931
Baixa da provisão para abandono	-	-	-	(13.680)
Amortização e depreciação	95	274	35.167	6.682
Amortização de direito de uso	47	551	415	551
Amortização do custo de transação das debentures	-	-	6.872	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.840)	977	(31.329)	977
Outras movimentações	(569)	-	1.670	409
	(25.727)	**6.443**	**86.042**	**(22.797)**
Variação em ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(41.135)	3.488
Imposto de renda, contribuição social e outros	(746)	5.366	14.645	9.043
Outros ativos	5.669	(1.455)	11.819	(799)
Fornecedores	1.432	(43)	(2.705)	(3.516)
Valores a pagar ao operador	(21)	1.482	(1.782)	2.047
Depósitos judiciais	-	(118)	(28)	7.856
Despesas antecipadas	(1.000)	78	(5.010)	(365)
Obrigações trabalhistas	(254)	(1.131)	2.876	(1.143)
Provisão de *Royalties*	-	-	2.839	(4)
Ativo e passivo mantidos para venda	-	-	(16.346)	-
Derivativos	-	-	3.774	-
Outros passivos	719	9	2.896	2.491
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(19.928)**	**10.631**	**57.885**	**(3.699)**
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	(2.338)	(2.656)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(19.928)**	**10.631**	**55.547**	**(6.355)**
Aplicações financeiras	(313.571)	-	(417.520)	-
Aumento de capital social em controlada	(57.034)	(12.675)	-	-
Adiantamentos para cessão de blocos	-	-	(121.266)	-
Aquisição de imobilizado	(65)	(58)	(18.722)	(8.696)
Alienação de imobilizado	-	-	28.192	-
Aquisição de intangível	-	(4)	(861.880)	(4)
Caixa restrito	-	-	15.500	(923)
Restituição de investimento em controlada	-	33	-	-
Pagamento de principal de empréstimos recebidos de empresa ligada	(41.526)	(7.500)	-	-
Captação de empréstimos de empresa ligada	-	5.094	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**(412.196)**	**(15.110)**	**(1.375.696)**	**(9.623)**
Custo de transação - OPA e debêntures	(55.759)	-	(114.658)	-
Emissão de debêntures (nota explicativa 36)	-	-	707.209	-
Juros pagos debêntures	-	-	(61.107)	-
Pagamento de passivo de arrendamento	(56)	(629)	(412)	(629)
Aumento de capital (nota explicativa 36)	622.878	-	901.351	-
Aumento de reserva de capital - OPA	120.000	-	120.000	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**687.063**	**(629)**	**1.552.383**	**(629)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa no exercício	**254.939**	**(5.108)**	**232.234**	**(16.607)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.832	8.940	63.573	82.757
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	(2.029)	-	(7.864)	(2.577)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	256.742	3.832	287.943	63.573
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**254.939**	**(5.108)**	**232.234**	**(16.607)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

3R Petroleum Óleo e Gás S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receita líquida	**16**	**300**	**205.034**	**46.080**
Vendas de óleo e gas	-	-	204.253	32.400
Outras receitas	16	300	781	13.680
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.626)**	**4.791**	**(292.371)**	**(42.018)**
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(33.831)	(7.508)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.438)	4.791	(90.597)	(84.565)
Provisão para perda de crédito esperada	(1.188)	-	(1.188)	-
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	(166.755)	50.055
Valor adicionado bruto	**(3.610)**	**5.091**	**(87.337)**	**4.062**
Depreciação e amortização	(141)	(1.203)	(39.633)	(7.233)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(3.751)**	**3.888**	**(126.970)**	**(3.171)**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(212.053)	(32.494)	-	-
Receitas financeiras	237	428	75.067	6.527
Valor adicionado total a distribuir	**(215.567)**	**(28.178)**	**(51.903)**	**3.356**
Distribuição do valor adicionado	**(215.567)**	**(28.178)**	**(51.903)**	**3.356**
Com pessoal	**2.202**	**626**	**30.209**	**13.622**
Remuneração direta	1.779	(888)	27.190	11.894
Benefícios	95	1.113	2.019	1.327
FGTS	328	401	1.000	401
Impostos, taxas e contribuições	**(13.563)**	**2.520**	**(17.278)**	**19.386**
Federeais	(13.578)	2.460	(18.457)	19.024
Estaduais	-	-	1.062	-
Municipais	15	60	117	362
Remuneração de capitais de terceiros	**19.446**	**642**	**211.696**	**2.314**
Juros	(1.963)	1.271	123.334	38
Aluguéis	40	(629)	4.494	(629)
Outras	21.369	-	83.868	2.905
Remuneração de capital próprio	**(223.652)**	**(31.966)**	**(276.530)**	**(31.966)**
Prejuízo do exercício	(223.652)	(31.966)	(276.530)	(31.966)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("Companhia" ou "3R OG"), é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo sido constituída em 17 de junho de 2010. A sede da Companhia fica situada na Rua Visconde de Ouro Preto, 05, 6º andar, Botafogo, Rio de Janeiro. A 3R OG atua no setor de óleo e gás com foco em redesenvolvimento de campos maduros em produção localizados em terra (*onshore*) e em águas rasas (*shallow water*), detendo qualificação de Operador "A" perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP").

A Companhia tem por objeto social: (a) explorar, produzir e comercializar petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, as bacias sedimentares brasileiras às quais a ANP tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior; (b) realizar a importação e exportação de petróleo e quaisquer derivados assim produzidos; e (c) participar de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que atuem em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia.

Histórico de constituição da estrutura societária

A 3R Petroleum e Participações S.A. ("3R Petroleum") era uma sociedade anônima de capital fechado e como objeto social a participação e aquisição de novas empresas cuja atividade principal seja de exploração e produção de petróleo e gás natural com foco na revitalização de campos maduros. A Companhia foi constituída no ano de 2019 com o propósito de adquirir ativos que têm um histórico recente de baixo investimento e grande potencial de aumento de produção.

Em 05 de agosto de 2019, a 3R Petroleum passou a ser controlada pelo fundo de investimento 3R Petroleum Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP 3R"), cujo maior cotista é o Starboard Special Situations II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("SSSFII"), fundo gerido pela Starboard Asset Ltda. ("Starboard").

Em 10 de fevereiro de 2020, a 3R Petroleum recebeu um novo aporte de capital, com emissão de novas ações ordinárias, no montante total de R$ 142.500, realizado pelo Esmeralda Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Esmeralda"), que também é gerido pela Starboard, o qual passou a deter 36,56% do capital social da Companhia.

O controle da 3R Petroleum era detido pelo FIP 3R, cujo principal cotista era o SSSFII e pelo FIP Esmeralda. O FIP 3R, SSSFII e FIP Esmeralda são fundos de investimentos geridos pela Starboard.

Em 2019, a Ônix Petróleo e Gás Participações S.A. ("Ônix"), controlada da Starônix AG ("Starônix"), que por sua vez é controlada do SSSFII, iniciou o processo de aquisição de 100% do controle da 3R OG, que foi assinado em dezembro de 2019 e concluído em 18 de fevereiro de 2020. Em 30 de junho de 2020, conforme aprovado em Assembleia Geral de acionistas da 3R OG e nos termos do protocolo de incorporação, a Ônix, em processo de incorporação reversa, foi incorporada pela 3R OG, sendo extinta nesse ato. Desta forma a 3R OG passou a ser 100% controlada pela Starônix.

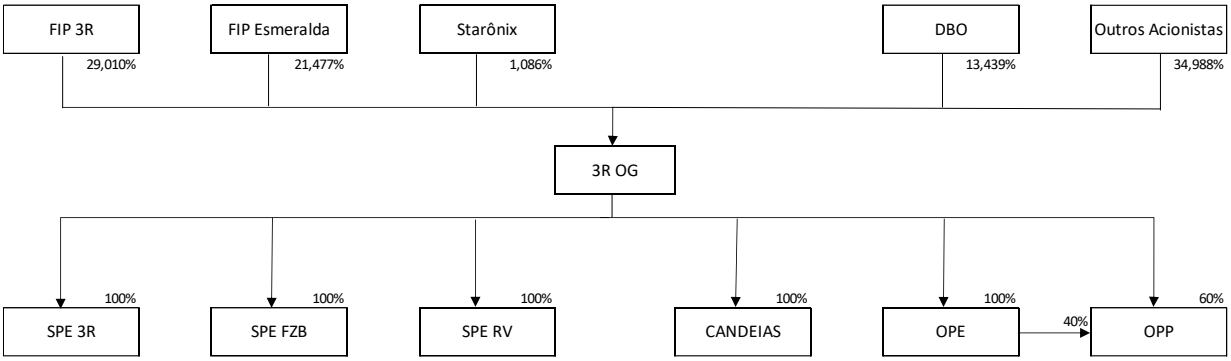
Em 03 de agosto de 2020, foram aprovadas as consultas formais pelos fundos de investimentos controladores da 3R Petroleum e da 3R OG, nas quais foi deliberada a autorização para implementar a reorganização societária, que consistiu na incorporação da 3R Petroleum pela 3R OG, após a aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") da Oferta Pública Inicial de Ações ("OPA").

Em 9 de novembro, os acionistas da 3R OG e da 3R Petroleum aprovaram o protocolo e justificação da incorporação da 3R Petroleum pela 3R OG ("Incorporação"), nos termos dos artigos 224, 225, 226 e 227 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e da Instrução CVM nº 565/15 ("ICVM 565"). Na Incorporação, a 3R OG sucedeu todos os direitos e obrigações da 3R Petroleum. Após a Incorporação, os acionistas da 3R OG aprovaram um aumento de capital, por meio da emissão de novas ações, as quais foram integralmente subscritas pela DBO Energia S.A. ("DBO") e integralizadas mediante a conferência das ações detidas pela DBO no capital social da SPE 3R (roll up).

Em 10 de novembro de 2020, a CVM deferiu o registro de distribuição primária de ações ordinárias ("RRRP3"), mediante subscrição pública, de emissão de 3R OG, cuja emissão foi aprovada pela AGE de 31 de agosto de 2020, com valor total registrado de R$ 690.000 e emissão de 32.857.143 ações ordinárias ao preço de R$ 21,00 (vinte e um reais) cada.

Após a OPA o capital social da 3R OG ficou assim composto: FIP 3R, FIP Esmeralda, Starônix, DBO e outros acionistas (vide nota explicativa 27).

A 3R OG, por sua vez, detém 100% do capital social direto e indireto das seguintes sociedades: SPE 3R Petroleum S.A. (“SPE 3R”), SPE Fazenda Belém S.A. (“SPE FZB”), SPE Rio Ventura S.A. (“SPE RV”), OP Energia Ltda. (“OPE”), Candeias Óleo e Gás S.A. (“Candeias”) e OP Pescada Óleo e Gás Ltda. (“OPP”). Em 31 de dezembro de 2020 a estrutura societária da 3R OG está apresentada abaixo:



3R OG

A Companhia é operadora com 100% de participação no bloco BAR-M-387, localizado na bacia de Barreirinhas, no Maranhão, adquirido na 11ª rodada de licitações da ANP, tendo pago R$ 778 de bônus de assinatura. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia já havia cumprido 98% do Programa Exploratório Mínimo (“PEM”) desse bloco.

SPE 3R (Polo Macau)

Em 29 de maio de 2020 a SPE 3R adquiriu os campos do Polo Macau pelo valor total de US$ 191,1 milhões. O pagamento foi dividido em duas parcelas: a primeira de US$ 48 milhões (25%), pagos na assinatura do contrato em 6 de agosto de 2019 e os remanescentes US$ 143,1 milhões, abatidos da geração de caixa do ativo e demais condições de ajuste de preço, foram pagos após a aprovação da transferência da concessão pela ANP, em 29 de maio de 2020. O Polo Macau engloba os campos de Aratum, Macau, Serra, Salina Cristal, Lagoa Aroeira, Porto Carão e Sanhaçu. A Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) detinha 100% de participação em todas as concessões, com exceção da concessão de Sanhaçu, na qual era operadora com 50% de participação, enquanto os 50% restantes são da Petrogal Brasil S.A.. A produção média do Polo Macau de janeiro a dezembro de 2020 foi de aproximadamente 3.835 barris de óleo equivalente por dia (“boe/d”). A Companhia planeja produzir até 2052, de acordo com a expectativa de produção economicamente viável e corroborada pela renomada consultoria DeGolyer and MacNaughton em seu relatório de certificação de reservas.

SPE FZB (Polo Fazenda Belém)

Em 14 de agosto de 2020, a SPE FZB firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos campos terrestres (onshore) de Fazenda Belém e Icapuí, o Polo Fazenda Belém, na bacia Potiguar, no Ceará. O valor da aquisição é de US$ 35,2 milhões. Desse montante, US$ 8,8 milhões (equvalente a R$ 48 milhões - veja nota explicativa 13) foram pagos no dia da assinatura em 14 de agosto de 2020 e outros US$ 16,4 milhões serão quitados mediante fechamento da transação. Por fim, US$ 10 milhões serão pagos em doze meses após a conclusão da transação. A produção média diária do Polo Fazenda Belém de janeiro a dezembro de 2020 foi de aproximadamente 776 boe/d. Assim como em Macau, há possibilidade de extensão dos prazos das concessões por 27 anos adicionais, o que será solicitado por meio de protocolo de um plano de desenvolvimento perante a ANP. A expectativa de *closing* dessa aquisição será no final de junho de 2021.

SPE RV (Polo Rio Ventura)

Em 21 de agosto de 2020 a SPE RV firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 8 campos terrestres (onshore) de Água Grande, Bonsucesso , Fazenda Alto das Pedras, Pedrinhas, Pojuca, Rio Pojuca, Tapiranga e Tapiranga Norte, que constituem o Polo Rio Ventura, na bacia Recôncavo, na Bahia. O valor da aquisição é de US$ 94,2 milhões, sendo (i) US$ 3,8 milhões (equivalente a R$ 21 milhões - veja nota explicativa 13) pagos no dia da assinatura, em 21 de agosto de 2020; (ii) US$ 31,2 milhões no fechamento da transação; (iii) US$ 16 milhões que serão pagos em trinta meses após o fechamento da transação; e (iv) US$ 43,2 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados à recuperação do preço de referência do óleo (Brent). Assim como nos demais polos, há possibilidade de extensão dos prazos das concessões por 27 anos adicionais, o que será solicitado por

meio de protocolo de um plano de desenvolvimento perante a ANP. A produção média diária do Polo Rio Ventura de janeiro a dezembro de 2020 foi de aproximadamente 1.193 boe/d. Assim como nos demais polos, há possibilidade de extensão dos prazos das concessões por 27 anos adicionais, o que será solicitado por meio de protocolo de um plano de desenvolvimento perante a ANP. A expectativa de *closing* dessa aquisição será no final de maio de 2021.

Candeias (Polo Recôncavo)

A controlada Candeias (nova denominação de OP Energia Onshore S.A.) é operadora com 100% de participação no bloco PN-T-114, na bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão, adquirido na 11ª rodada de licitações da ANP, tendo pago R$ 6.000 de bônus de assinatura e já cumprido 100% do PEM desse bloco. Em 24 de março de 2020, Candeias iniciou o processo de devolução desse contrato de concessão junto à ANP e aguarda aprovação.

Em 17 de dezembro de 2020, Candeias assinou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras em 14 campos terrestres de produção, denominados Polo Recôncavo, localizados no Estado da Bahia. O Polo Recôncavo compreende os campos terrestres de Aratu, Ilha de Bimbarra, Mapele, Massuí, Candeias, Cexis, Socorro, Dom João, Dom João Mar, Pariri, Socorro Extensão, São Domingos, Cambacica e Guanambi. Atualmente a Petrobras é operadora com 100% de participação nessas concessões, com exceção de Cambacica e Guanambi, em que possui participação majoritária de 75% (25% da Sonangol Hidrocarbonetos Brasil Ltda.) e 80% (20% da Sonangol Guanambi Exploracao e Producao de Petroleo Ltda.), respectivamente. A produção média diária do Polo Recôncavo de janeiro a dezembro de 2020 foi de aproximadamente 5.089 boe/d. O valor total da transação é de US$ 250 milhões, sendo (i) US$ 10 milhões pagos em dezembro de 2020 (equivalente a R$ 51 milhões - veja nota explicativa 13); e (ii) US$ 240 milhões no fechamento da transação, ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP. A expectativa de *closing* dessa aquisição será no final de outubro de 2021.

OPP (Pescada e Arabaiana)

A OPP detém 35% de participação (*working interest*) nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. Os campos de Pescada e Arabaiana localizam-se na plataforma continental do Estado do Rio Grande do Norte, na bacia Potiguar, estão em fase de produção e são operados pela Petrobras. A produção média diária dos campos de Pescada e Arabaiana de janeiro a dezembro de 2020 foi de aproximadamente 517 boe/d (35%). Os campos de Pescada e Arabaiana são produtores de gás e condensado. O campo de Dentão está inativo.

Em 09 de julho de 2020, por meio da controlada OPP, a Companhia firmou contrato para a aquisição dos outros 65% de participação (*working interest*) da Petrobras nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. O valor de venda da transação foi de US$ 1.500 milhão, a ser pago em duas parcelas, sendo US$ 300 mil na assinatura do contrato e US$ 1.200 milhão no fechamento da transação, sem considerar os ajustes acordados calculados a partir do *effective date* (1º de janeiro de 2020).

A transação também contempla um pagamento adicional a título de compartilhamento de custos de abandono de poços, dutos e plataformas, a ser pago pelo vendedor ao comprador, de acordo com parâmetros e cronograma previstos no acordo de descomissionamento entre as partes. A expectativa de *closing* dessa aquisição será no final de outubro de 2021.

OPE

Em 1º de Janeiro de 2013, a OPE assinou um *Assignment Agreement* com a Petrobras (operador), documento privado que transfere responsabilidades entre os particulares para a cessão da participação de 20% nos blocos exploratórios BM-CAL-312 e BM- CAL-372, blocos integrantes da área da concessão BM-CAL-12.

Em 2020, a Petrobras iniciou tratativas para devolver a concessão BM-CAL-12 para a ANP e pleitear junto à agência a exoneração do cumprimento do PEM e a consequente isenção da execução da garantia financeira, em função de impossibilidade de obtenção da respectiva licença ambiental para implementação das atividades necessárias. Considerando que a cessão da participação de 20% da OPE não foi protocolada na ANP, o Assignmet Agreement está em processo de aditivação com a Petrobras com vistas a refletir estas condições.

Em 20 de abril 2019 a OPE iniciou o processo de devolução do campo de Pinaúna junto à ANP, o qual ainda aguarda aprovação.

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada OPE detém 100% de participação nos campos de Pinaúna e Camarão, ambos em fase de desenvolvimento e pertencentes ao bloco BM-CAL-4.

O desenvolvimento do campo de Camarão é dependente de processo de unitização com a União, representada pela ANP, com o campo de Camarão Norte. O campo de Camarão Norte está localizado na região sul do bloco adjacente e seu reservatório se estende até o campo de Camarão, no antigo bloco BM-CAL-4, na bacia de Camamu-Almada.

Além desses ativos, em 31 de dezembro de 2020, a controlada OPE detém 30% dos blocos exploratórios POT-M-475 (bacia Potiguar) e CE-M-603 (bacia Ceará), da 11ª rodada de licitações da ANP, tendo cumprido 100% do PEM nesses blocos.

2. Relação de entidades controladas

Em 9 de novembro de 2020, a 3R Petroleum foi incorporada pela 3R OG, sendo assim extinta na incorporação. No ato da incorporação, o controle da 3R Petroleum e da 3R OG era detido pelo FIP 3R, cujo principal cotista é o SSSFII, e pelo FIP Esmeralda. O FIP 3R, SSSFII e FIP Esmeralda são fundos de investimentos controlados e administrados pela Starboard. Neste sentido, o controle total das duas sociedades era comum.

Na incorporação, a 3R OG sucedeu todos os direitos e obrigações da 3R Petroleum, que detinha participação nas controladas SPE 3R (67,29%), SPE FZB (100%) e SPE RV (100%). No ato da incorporação a DBO detinha 32,71% da SPE 3R e trocou sua participação na controlada por uma participação na 3R OG. Este movimento societário resultou num aporte de capital na Companhia no valor de R$ 68.730 pela DBO que realizou um *roll up* da sua participação na SPE 3R passando a integrar o quadro societário da 3R OG.

Como resultado da reorganização societária, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a 3R OG detinha as seguintes participações societárias direta e indiretamente:

	2020	**2019**
SPE 3R	100%	-
SPE FZB	100%	-
SPE RV	100%	-
Candeias	100%	100%
OPE	100%	100%
OPP*	100%	100%

**OPE detém 40% do capital da OPP*

A 3R OG detém o controle sobre as controladas nos termos do CPC 36 (R3) estando exposta e tendo direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com as controladas, tendo a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre as controladas (vide nota explicativa 7, item a).

3. Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis a elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas subsidiárias com exceção da OPP. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A controlada OPP mantém o dólar norte-americano como moeda funcional.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as alterações são reconhecidas prospectivamente. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 15 - *Impairment*
- Nota explicativa nº 23 – Provisão de abandono
- Nota explicativa nº 25 - Imposto de renda e contribuição social diferido

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 15 - Imobilizado (depreciação e *impairment*)
- Nota explicativa nº 16 – Intangível (amortização e *impairment*)
- Nota explicativa nº 23 - Provisão para abandono (prazo do abandono, custo estimado e taxa de desconto)
- Nota explicativa nº 24 - Provisão de contingências (probabilidade de perda das causas em aberto)
- Nota explicativa nº 25 - Imposto de renda e contribuição social diferido (prazo de recuperabilidade)

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo valor justo;

7. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a) *Base de consolidação*

As informações financeiras das controladas estão incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Os saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Os resultados não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados dos ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

Como descrito no histórico de constituição da estrutura societária da nota explicativa 1, a 3R Petroleum foi incorporada pela 3R OG em novembro de 2020. Como essa operação ocorreu sob controle comum, a Administração da Companhia optou pela apresentação da demonstração do resultado com os saldos consolidados da 3R OG e 3R Petroleum durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de forma a desconsiderar o efeito contábil da Incorporação registrada em 9 de novembro de 2020. Ou seja, os valores apresentados na coluna consolidada de 2020 apresentam os valores como se sempre tivessem sido consolidados. A tabela abaixo mostra o impacto:

	3R Petroleum de 18/02/2020 a 09/11/2020 (a)	3R OG de 01/01/2020 a 31/12/2020 (b)	3R OG apresentado em 31/12/2020 (a+b)
Receita líquida	120.469	83.785	204.254
Custo dos produtos vendidos	(59.332)	(46.903)	(106.235)
Lucro bruto	**61.137**	**36.882**	**98.019**
Despesas gerais e administrativas	(35.557)	(23.981)	(59.538)
Outras receitas / despesas operacionais	(1.209)	(209.624)	(210.833)
	(36.766)	**(233.605)**	**(270.371)**
Resultado operacional	**24.371**	**(196.723)**	**(172.352)**
Resultado financeiro	**(79.195)**	**(50.083)**	**(129.278)**
Resultado antes dos tributos	**(54.824)**	**(246.806)**	**(301.630)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(6.229)	(6.229)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.946	29.383	31.329
Prejuízo líquido do exercício	**(52.878)**	**(223.652)**	**(276.530)**
Prejuízo líquido atribuído:			
Proprietários da Companhia	(35.581)	(223.652)	(259.233)
Participação de acionistas não controladores	(17.297)	-	(17.297)
Prejuízo líquido do exercício	**(52.878)**	**(223.652)**	**(276.530)**

b) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ativos e passivos das controladas que possuem como moeda funcional o dólar americano são

convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão

c) *Caixa e equivalente de caixa*

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem- se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d) *Caixa restrito*

São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de longo prazo e compõem-se de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor.

e) *Contas a receber de terceiros*

As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e gás fornecidos no curso normal das atividades das contraladas SPE 3R e OPP faturados e que não tenham sigo pagos. A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecedo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

f) *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social refere-se apenas ao imposto de renda e contribuição social corrente, com base no regime de tributação do lucro presumido da controlada OPP.

g) *Imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

– diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

– diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não

será revertida em futuro previsível; e

– diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que

sua realização não seja mais provável

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que fora decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

h) *Ativos mantidos para venda*

Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, quando existente, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

i) *Investimentos*

São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação da controlada OPP, que possui moeda funcional distinta da controladora, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, na conta de ajustes acumulados de conversão.

j) *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás.

Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts method of accounting*).

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com

aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

Se reservas comerciais não são encontradas, o poço exploratório é baixado do resultado. Quando reservas são encontradas, o custo é mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas.

Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, esses custos são baixados ao resultado. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "Ativos de Óleo e Gás".

Na fase de desenvolvimento, as inversões para construção, instalação e infraestrutura (como plataforma, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento malsucedidos) são capitalizados como "Ativos de Óleo e Gás".

Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção são estimados e registrados como parte dos custos desses ativos, em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área. Essa provisão é apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo. As estimativas dos custos com abandono são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, descontadas a taxa livre de risco ajustada pelo prêmio de risco país. As estimativas de custos com abandono são revistas anualmente ou quando há indicação de mudanças relevantes, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão é atualizada mensalmente em base pro-rata considerando-se a taxa de desconto livre de risco ajustada com a qual foi descontada em contrapartida a uma despesa financeira.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Depreciação

Os "Ativos de Óleo e Gás", incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas e ativos que beneficiarão a totalidade da vida econômica útil do campo, como dutos de gás e óleo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas.

O ativo imobilizado, com exceção dos gastos exploratórios capitalizáveis mencionados acima, é depreciado pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Estes são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, de acordo com as taxas e critérios mencionados na nota explicativa 17.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment)
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata (veja nota 15).

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

k) *Intangível*

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

O ativo intangível correlato à aquisição do Polo Macau é amortizado pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas.

A amortização de softwares e licenças e estudos ambientais é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A vida útil estimada para esses bens é de 5 anos. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

l) *Fornecedores*

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

m) *Provisão de contingências*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na avaliação dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos.

n) *Provisão de abandono*

A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. Em função dos longos períodos até a data de abandono, variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; ii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e iii) que as tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

o) *Provisões*

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

p) *Instrumentos financeiros*

Um ativo ou passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo.

No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados a valor justo.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Impairment de ativos financeiros

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

q) *Receita líquida*

Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

As receitas da Companhia são oriundas de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento continuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada liquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente.

r) *Resultado financeiro líquido*

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, descontos obtidos e atualizações monetárias de créditos ativos. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam

despesas bancárias, atualizações monetárias de obrigações contratuais e juros sobre capital próprio com respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas.

s) *Resultado líquido por ação*

O resultado por ação básico / diluído é computado pela divisão do resultado líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no exercício.

t) *Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")*

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas alteradas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros

9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores referem-se a:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Caixa e bancos	70.799	3.832	101.999	63.573
Fundo de investimento cambial USD	185.943	-	185.943	-
	256.742	**3.832**	**287.942**	**63.573**

9.1 Aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado	
	Indexadores	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Fundo de investimento cambial	USD (Ptax)	298.038	-	298.038	-
Fundo de investimento - soberano de renda fixa referenciado DI	CDI	15.533	-	119.482	-
		313.571	**-**	**417.520**	**-**

As aplicações financeiras constituem-se em fundo de investimento cambial e soberano que estão disponíveis para negociação, podendo ser resgatados a qualquer momento sem perda significativa de valor para a Companhia.

9.2 Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Fiança bancária (a)	-	-	3.692	3.742
Conta garantia (b)	-	-	-	15.450
	-	**-**	**3.692**	**19.192**

(a) A controlada OPE contratou fiança bancária para garantir a suspensão de exigibilidade de débito perante a Fazenda Nacional relativa a contribuições patronais sociais. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo desta fiança bancária é de R$ 3.692 (em 31 de dezembro de 2019, R$ 3.742).

(b) Em 28 de dezembro de 2017 a controlada OPE abriu conta garantia no valor de R$ 12.125 para garantir obrigações durante processo de arbitragem. Em maio de 2020 devido não haver mais a necessidade de garantir essas obrigações, o valor foi liberado integralmente.

10. Contas a receber de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Venda de óleo (a)	-	-	40.665	2.489
Venda de gás (a)	-	-	4.006	1.047
	-	**-**	**44.671**	**3.536**

(a) Referem-se aos valores a receber da Petrobras pela venda da produção de óleo e gás dos campos de Pescada, Arabaiana (R$ 4.063) e Polo Macau (R$ 40.608), ambos no estado do Rio Grande do Norte. A produção de Pescada e Arabaiana é vendida em sua totalidade para a Petrobras, através da controlada OPP. A produção do Polo Macau é, igualmente vendida em sua totalidade para a Petrobras, através da controlada SPE 3R. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam valores vencidos no contas a receber. A Administração avaliou a perda esperada e definiu não haver valor significativo de provisão a ser reconhecido.

11. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Imposto de renda retido na fonte	1.676	1.183	2.440	6.484
Imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição Social sobre lucro líquido	1.272	-	12.482	106
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços	-	-	718	130
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social	124	121	201	121
Outros	26	-	35	-
	3.098	**1.304**	**15.876**	**6.841**
Ativo circulante	2.956	100	11.550	546
Ativo não circulante	142	1.204	4.326	6.295

O valor de R$ 12.482 de IRPJ/CSLL a recuperar é composto por saldo negativo de IRPJ e base negativa da CSLL de anos de anteriores e antecipações do ano de 2020.

12. Ativo mantido para venda

	Consolidado	
	2020	**2019**
Campo Camarupim (a)	-	20.154
Adiantamentos ao operador (a)	-	5.840
Ativo mantido para venda	**-**	**25.994**
Valor a pagar ao operador	-	14.148
Passivo mantido para venda	**-**	**14.148**

(a) Em agosto de 2019 a Administração se comprometeu com a venda do campo de Camarupim de sua controlada OPE apresentando este campo como um 'ativo mantido para venda' em 31 de dezembro de 2019 (R$ 25.994). A venda ocorreu em maio de 2020. O valor da transação foi apurado considerando premissas embasadas em parâmetros de mercado, como o preço de petróleo e a taxa de desconto. As avaliações também consideram premissas do ativo validadas pela equipe técnica e financeira, como curva de produção, curva de investimentos, custos operacionais e *royalties*. O valor presente apurado do ativo no momento da negociação variava entre US$ 4.000 (quatro milhões de dólares americanos) e US$ 6.000 (seis milhões de dólares americanos). Tendo em vista o valor econômico justo apurado, a Companhia concordou em vender o ativo por um preço de US$ 5.000 (cinco milhões de dólares americanos) e valores a receber da Petrobras pelos custos do campo de Camarupim (R$ 5.840).

13. Adiantamento para cessão de blocos

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
OPP (a)	-	-	1.600	-
SPE FZB (b)	-	-	48.009	-
SPE RV (c)	-	-	20.689	-
Candeias (d)	-	-	50.968	-
	-	**-**	**121.266**	**-**

(a) Em 09 de julho de 2020, a controlada OPP firmou contrato para a aquisição de 65% de participação (*working interest*) da Petrobras nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. O valor de venda da transação foi de US$ 1,5 milhões, a ser pago em duas parcelas, sendo US$ 300 mil, equivalente à R$ 1.600, na assinatura do contrato e US$ 1,2 milhões, no fechamento da transação, conforme nota explicativa 1.

(b) Em 14 de agosto de 2020, a controlada SPE FZB firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos campos terrestres (*onshore*) de Fazenda Belém e Icapuí, o Polo Fazenda Belém, na bacia Potiguar, no Ceará. O valor da aquisição é de US$ 35,2 milhões. Desse montante, US$ 8,8 milhões, equivalentes à R$ 48.009, foram pagos no dia da assinatura e outros US$ 16,4 milhões serão quitados mediante fechamento da transação. Por fim, US$ 10 milhões serão pagos em doze meses após a conclusão da transação, conforme nota explicativa 1.

(c) Em 21 de agosto de 2020 a controlada SPE RV firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 8 campos terrestres (*onshore*) de Água Grande, Bonsucesso, Fazenda Alto das Pedras, Pedrinhas, Pojuca, Rio Pojuca, Tapiranga e Tapiranga Norte, que constituem o Polo Rio Ventura, na bacia Recôncavo, na Bahia. O valor da aquisição é de US$ 94,2 milhões, sendo (i) US$ 3,8 milhões pagos no dia da assinatura, equivalentes à R$ 20.689; (ii) US$ 31,2 milhões no fechamento da transação; (iii) US$ 16 milhões que serão pagos em trinta meses após o fechamento da transação; e (iv) US$ 43,2 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados à recuperação do preço de referência do óleo (*Brent*), conforme nota explicativa 1.

(d) Em 08 de dezembro de 2020 a controlada Candeias firmou contrato para a compra do Polo Recôncavo que compreende os campos terrestres de Aratu, Ilha de Bimbarra, Mapele, Massuí, Candeias, Cexis, Socorro, Dom João, Dom João Mar, Pariri, Socorro Extensão, São Domingos, Cambacica e Guanambi. O valor total da transação é de US$ 250 milhões, sendo (i) US$ 10 milhões pagos na presente data, equivalentes à R$ 50.968; e (ii) US$ 240 milhões no fechamento da transação, ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP, conforme nota explicativa 1

14. Investimentos

		Controladora	
	Participação direta	**2020**	**2019**
OPE	100%	96.873	218.133
OPP	60%	55.864	69.708
Candeias	100%	50.596	37
SPE 3R	100%	233.267	-
SPE RV	100%	21.986	-
SPE FZB	100%	48.985	-
		507.571	**287.878**

Movimentação dos saldos dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	OPE	OPP (*)	Candeias	OPENP (**)	SPE 3R	SPE RV	SPE FZB	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**214.460**	**49.810**	**30.615**	**5**	**-**	**-**	**-**	**294.890**
Aporte de capital	-	-	12.605	70	-	-	-	12.675
Baixa de investimento	-	-	-	(33)	-	-	-	(33)
Resultado equivalência patrimonial	(7.020)	17.751	(43.183)	(42)	-	-	-	(32.494)
Ajuste de conversão	10.693	2.147	-	-	-	-	-	12.840
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**218.133**	**69.708**	**37**	**-**	**-**	**-**	**-**	**287.878**
Aporte de capital	6.000	-	51.034	-	-	-	-	57.034
Impacto da incorporação - 3R Participações	-	-	-	-	203.224	21.996	48.991	274.211
Resultado equivalência patrimonial	(210.313)	(31.292)	(475)	-	30.043	(10)	(6)	(212.053)
Ajuste de conversão	83.053	17.448	-	-	-	-	-	100.501
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**96.873**	**55.864**	**50.596**	**-**	**233.267**	**21.986**	**48.985**	**507.571**

(*) Considera a participação de 60%
(**) OP Enchova e Pampo Óleo e Gás S.A.

Informações financeiras resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

		2019						
	Participação acionária	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Impacto da incorporação - 3R Petroleum**	**Resultado**
OPE	100%	36.082	257.684	16.059	45.426	218.133	-	(7.020)
OPP	60%	35.386	101.907	3.607	63.978	69.708	-	17.709
Candeias	100%	418	-	381	-	37	-	(43.183)
		71.886	**359.591**	**20.047**	**109.404**	**287.878**	**-**	**(32.494)**

		2020						
	Participação acionária	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Impacto da incorporação 3R Petroleum**	**Resultado**
OPE	100%	4.945	118.615	26.434	254	96.873	-	(210.313)
OPP(*)	60%	113.025	107.956	9.132	118.743	55.864	-	(31.292)
Candeias	100%	51.006	-	410	-	50.596	-	(475)
SPE 3R	100%	84.902	1.024.576	87.890	788.321	233.267	(52.861)	30.043
SPE RV	100%	21.988	-	1	-	21.986	(6)	(10)
SPE FZB	100%	48.986	-	-	-	48.985	(11)	(6)
		324.852	**1.251.147**	**123.867**	**907.318**	**507.751**	**(52.878)**	**(212.053)**

(*) OPE detém 40% do capital da OPP

15. Ativo imobilizado

Controladora

	Custo						
Campos	**Saldos em 01 de janeiro de 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Saldos em 31 de dezembro de 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Saldos em 31 de dezembro de 2020**
Imobilizado administrativo	**2.463**	-	(378)	**2.085**	3	(1.827)	**261**
Outros	**1.125**	58	(489)	**694**	62	-	**756**
	3.588	**58**	**(867)**	**2.779**	**65**	**(1.827)**	**1.017**

	Impairment						
Campos	**Saldos em 01 de janeiro de 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Saldos em 31 de dezembro de 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Saldos em 31 de dezembro de 2020**
Outros	**(63)**	-	63	**-**	-	-	**-**
	(63)	**-**	**63**	**-**	**-**	**-**	**-**

	Depreciação acumulada						
Campos	**Saldos em 01 de janeiro de 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Saldos em 31 de dezembro de 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Saldos em 31 de dezembro de 2020**
Imobilizado administrativo	**(1.853)**	(503)	379	**(1.977)**	(33)	1.828	**(182)**
	(1.853)	**(503)**	**379**	**(1.977)**	**(33)**	**1.828**	**(182)**
Saldo líquido do ativo imobilzado	**1.672**			**802**			**835**

Consolidado

Custo

Campos	Saldos em 01 de janeiro de 2019	Adição	Baixa	Reversão	Ajuste de conversão	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Constituição ARO - SPE 3R (*)	Baixa	Ajuste (**)	Ajuste de conversão	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Pescada e Arabaiana	**728.834**	8.593	(18.803)	-	1.582	-	**720.206**	1.422	-	(1.161)	-	32.511	**752.978**
Camarão	**110.648**	-	(143)	-	5.064	-	**115.569**	28	-	(1.516)	-	48.517	**162.598**
Polo Macau	**-**	-	-	-	-	-	**-**	16.299	135.411	(18)	24.906	-	**176.599**
Camarupim	**653.259**	-	-	-	-	(653.259)	**-**	-	-	-	-	-	**-**
Outros	**187.551**	58	(9.528)	-	3.613	-	**181.694**	963	-	(171)	-	17.096	**199.582**
Imobilizado administrativo	**28.197**	45	(494)	-	-	-	**27.748**	10	-	(8.945)	-	(10.866)	**7.947**
	1.708.489	**8.696**	**(28.968)**	**-**	**10.259**	**(653.259)**	**1.045.217**	**18.722**	**135.411**	**(11.811)**	**24.906**	**87.258**	**1.299.704**

Impairment acumulado

Campos	Saldos em 01 de janeiro de 2019	Adição	Baixa	Reversão	Ajuste de conversão	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Constituição ARO - SPE 3R	Baixa	Ajuste	Ajuste de conversão	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Pescada e Arabaiana	**(226.729)**	-	-	31.709	-	-	**(195.020)**	(46.130)	-	-	-	-	**(241.150)**
Camarão	**-**	-	-	-	-	-	**-**	(113.505)	-	-	-	-	**(113.505)**
Camarupim	**(429.812)**	-	-	18.799	-	411.013	**-**	-	-	-	-	-	**-**
Outros	**(165.017)**	-	-	(453)	2.325	-	**(163.145)**	(7.120)	-	-	-	-	**(170.265)**
	(821.558)	**-**	**-**	**50.055**	**2.325**	**411.013**	**(358.165)**	**(166.755)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(524.920)**

Depreciação acumulada

Campos	Saldos em 01 de janeiro de 2019	Adição	Baixa	Reversão	Ajuste de conversão	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Constituição ARO - SPE 3R	Baixa	Ajuste	Ajuste de conversão	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Pescada e Arabaiana	**(407.437)**	(6.036)	-	-	-	-	**(413.473)**	(3.108)	-	-	-	-	**(416.581)**
Polo Macau	**-**	-	-	-	-	-	**-**	(4.627)	-	-	-	-	**(4.627)**
Camarupim	**(223.447)**	-	-	-	-	223.447	**-**	-	-	-	-	-	**-**
Imobilizado administrativo	**(9.832)**	(1.229)	732	-	-	-	**(10.329)**	(365)	-	8.945	-	-	**(1.749)**
	(640.716)	**(7.265)**	**732**	**-**	**-**	**223.447**	**(423.802)**	**(8.100)**	**-**	**8.945**	**-**	**-**	**(422.957)**

Saldo liquido do ativo imobilzado	**246.215**	**263.250**	**351.827**

(*) Constituição da provisão de abandono na SPE 3R, conforme nota explicativa 23, item a.
(**) Refere-se a complemento da provisão de abandono na SPE 3R, conforme nota explicativa 23, item b.

Os imobilizados administrativos compreendem os saldos de terrenos, móveis e utensílios, instalações, máquinas e equipamentos, veículos e equipamentos de informática. E as vidas úteis estão conforme descritos na nota explicativa nº 7, no item j.

OPP (Pescada e Arabaiana)
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi efetuada uma reversão parcial do *impairment* no montante de R$ 31.709 essencialmente devido ao menor custo operacional reportado pelo operador e a redução na taxa de desconto devido a: (i) uma menor taxa livre de risco, (ii) menor prêmio de risco do país, (iii) menor custo da dívida e (iv) a consideração de um prazo mais longo para a concessão, dado que o campo tem reservas para produzir por mais tempo, o que também foi verificado pela Gaffney Cline em seu relatório de 30 de junho de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi registrado *impairment* no montante de R$ 46.130 para redução no valor recuperável do ativo essencialmente devido a redução da taxa de desconto para 7,59%.

OPE (Camarão)
O campo de Camarão está condicionado à unitização com o campo de Camarão Norte. Atualmente Camarão Norte é uma área da União e a ANP irá definir se colocará em oferta permanente ou se realizará a unitização diretamente com a OPE.

Avaliando as alternativas de monetização desse ativo a Administração apurou o valor em uso do ativo para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e identificou a necessidade de realização de *impairment* no montante total de R$ 113.505, considerando-se o período de 12 anos de produção a partir de 2023 à taxa de desconto de 7,59% a.a. Em 31 de dezembro de 2019 não houve a necessidade de realização de *impairment.*

OPE (Camarupim)
O processo de venda do ativo teve início em agosto de 2019 quando a transação foi assinada, no qual a Companhia vendeu sua participação de 24,32% para a Petrobras por um *consideration* de US$ 5 milhões, em maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos já estavam classificados como não circulantes mantidos para venda. A venda ocorreu em maio de 2020 (vide nota explicativa 12).

SPE 3R (Polo Macau)
A controlada SPE 3R adquiriu 100% de participação em todas as concessões, com exceção da concessão de Sanhaçu, na qual adquiriu 50% de participação, enquanto os 50% restantes são da Petrogal. A Companhia elaborou uma avaliação da obrigação para desmobilização do ativo Polo Macau com as seguintes premissas: a estimativa de custos inicial associados ao abandono dos ativos no total de R$ 343.420, período de 43 anos de produção à taxa de desconto de 5,03% a.a. A obrigação para desmobilização de ativos (provisão de abandono), está descrita na nota explicativa 23.

16. Intangível

Controladora

	Custo									
	Saldos em 01 de janeiro de 2019	**Adição**	**Baixa**	**Amortização**	**Impairment**	**Saldos em 31 de dezembro de 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Amortização**	**Saldos em 31 de dezembro de 2020**
Software e licenças	**212**	4	-	(149)	-	**67**	-	-	(62)	**5**
Outros	**2.354**	-	(4.988)	-	3.412	**778**	-	-	-	**778**
	2.566	**4**	**(4.988)**	**(149)**	**3.412**	**845**	**-**	**-**	**(62)**	**783**
Custo	14.240	4	(4.988)	-	-	9.256	255	(204)	-	9.307
Impairment	(3.412)	-	-	-	3.412	-			-	-
Amortização	(8.262)	-	-	(149)	-	(8.411)	(255)	204	(62)	(8.524)

Consolidado

	Custo									
Campos	**Saldos em 01 de janeiro de 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Amortização**	**Impairment**	**Saldos em 31 de dezembro de 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Amortização**	**Saldos em 31 de dezembro de 2020**
Camarupim	**-**	-	(1.354)	-	1.354	**-**	-	-	-	**-**
Parnaiba	**26.227**	-	(20.194)	-	(6.033)	**-**	-	-	-	**-**
Bloco BAR-M-387 (a)	**778**	-	-	-	-	**778**	-	-	-	**778**
Polo Macau (b)	**-**	-	-	-	-	**-**	861.880	-	(27.006)	**834.874**
Outros	**1.576**	-	(4.882)	-	3.306	**-**	-	-	-	**-**
Software e licenças	**212**	4	-	(149)	-	**67**	-	-	(61)	**6**
	28.793	**4**	**(26.430)**	**(149)**	**(1.373)**	**845**	**861.880**	**-**	**(27.067)**	**835.658**
Custo	47.911	4	(37.470)	-	-	10.445	861.880	(204)	-	872.121
Impairment	(6.144)	-	-	-	(1.373)	(7.517)	-	-	-	(7.517)
Amortização	(12.974)	-	11.040	(149)	-	(2.083)	-	204	(27.067)	(28.946)

(a) A Companhia pagou R$ 778 de bônus de assinatura, conforme descrito na nota explicativa 1.

(b) Em 28 de maio de 2020 a controlada SPE 3R concluiu a aquisição do Polo Macau pelo valor de US$ 191.103. Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda, a Petrobras apresentou no fechamento da transação o cálculo detalhado do ajuste de preço, apurado no período entre a data de vigência do contrato (data de assinatura), 01 de abril de 2019, até a data fechamento da transação na conclusão do processo de cessão da ANP. Este ajuste contempla (i) a subtração da geração de caixa do ativo do Polo Macau, corrigida diariamente pelo índice CDI e (ii) a adição de juros de Libor mais 6% ao ano sobre o saldo devido à Petrobras. Considerando as parcelas pagas à Petrobras no *signing* e no *closing* do Contrato de Compra e Venda do Polo Macau (*Sales and Purchase Agreement*, SPA), o valor da transação totalizou R$ 861.880. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia realizou teste de *impairment* e não identificou necessidade realizar provisão de *impairment.* O teste utilizou a metodologia de valor em uso, onde a Companhia considerou suas diferentes unidades geradoras de caixa, e aplicou a preparou um fluxo de caixa descontado com base na vida útil dos ativos pelas curvas de produção determinadas pela Administração e embasadas nos volumes de reservas de petróleo e gás natural estimados.

17. Valores a pagar ao operador

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Petrobras	1.676	1.697	896	2.678
	1.676	**1.697**	**896**	**2.678**

Valores a pagar ao operador incorridos nos blocos referentes a serviços e insumos que foram adquiridos no curso normal dos negócios (Pescada e Arabaiana, REC-T-194, REC-T-208, REC-T-225, REC-T-239, REC-T-240, REC-T-253 e REC-T-254). Os blocos com prefixo “REC” são blocos da 3R OG na bacia do Recôncavo.

O operador aprova um orçamento anual que é compartilhado com os parceiros, sendo os valores cobrados mensalmente. O saldo em aberto refere-se a valores em discussão pela Companhia.

18. Debêntures

Debêntures na controlada SPE 3R

Emissão de debêntures, de acordo com a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, simples, da espécie com Garantia Real, em Série Única com as seguintes características (“Debêntures BTG"):

Debenturista – Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Valor total da emissão - R$ 708.071
Quantidade – 708.071
Valor unitário – R$ 1.000 (um mil reais) na data da emissão
Emissão - 27 de maio de 2020
Vencimento - 27 de abril de 2025
Pagamento de juros – Trimestral e mensal a partir do 25º mês
Garantia – alienação fiduciária de ações, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de direitos decorrentes de contratos de concessão e penhor sobre produção de petróleo e gás
Amortização Antecipada – após o 24˚ mês da emissão, a empresa pode amortizar o valor em aberto de maneira total ou parcial
Remuneração - O valor nominal será objeto de correção monetária pelo valor da cotação de fechamento, para venda do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os juros sobre o valor nominal atualizado serão cobrados a uma taxa de 15,00% ao ano.

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Ingressos	-	-	707.209	-
Juros apropriados	-	-	61.655	-
Juros pagos	-	-	(61.107)	-
Atualização monetária	-	-	(22.945)	-
Custos de transação	-	-	(52.027)	-
	-	**-**	**632.785**	**-**
Passivo circulante	-	-	9.566	-
Passivo não circulante	-	-	623.219	-

Composição dos custos de transação incorridos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Comissão de reservas	-	-	(57.718)	-
Despesas com emissão	-	-	(551)	-
Despesas de liquidação	-	-	(630)	-
Custos de transação	**-**	**-**	**(58.899)**	**-**
Custos apropriados	-	-	6.872	-
Total	**-**	**-**	**(52.027)**	**-**

A conciliação da movimentação patrimonial das debêntures está demonstrada abaixo:

	Controlada		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Saldo inicial	**-**	**-**	**-**	**-**
Emissão de Debêntures BTG	-	-	707.209	-
Desembolsos de custos de transação	-	-	(58.899)	-
Custos de transação apropriados	-	-	6.872	-
Juros apropriados	-	-	61.655	-
Juros pagos	-	-	(61.107)	-
Atualização monetária	-	-	(22.945)	-
Saldo final	**-**	**-**	**632.785**	**-**

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Fornecedor nacional (a)	1.581	148	22.300	778
Fornecedor estrangeiro	-	-	145	-
Total	**1.581**	**148**	**22.445**	**778**

(a) Aumento referente ao início das operações do Polo Macau. Os principais saldos estão relacionados aos serviços de operação, serviços de tratamento de petróleo bruto, energia elétrica e equipamentos.

20. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social	265	6	3.100	438
Imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição Social sobre lucro líquido	-	-	1.849	620
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS)	-	-	13.721	653
Imposto de renda retido na fonte	770	74	5.773	133
Outros	93		703	15
	1.128	**80**	**25.146**	**1.859**

21. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Obrigações com terceiros (a)	1.783	-	9.428	8.276
Obrigações ex-controlador (b)	-	-	-	6.796
Outros (c)	81	11	15.494	-
	1.864	**11**	**24.922**	**15.072**
Circulante	81	11	15.494	15.072
Não circulante	1.783	-	9.428	-

(a) Refere-se a serviços de assessoria financeira da Guanxi Participações S.A. (R$ 1.784) e obrigação referente a carta fiança do projeto BM-CAL-372 (R$ 7.645).

(b) Obrigações derivadas do contrato de compra e venda da 3R OG liquidadas em janeiro de 2020 (R$ 6.797).

(c) Trata-se principalmente de obrigação de fazer relativa ao acordo extrajudicial, cujo objeto foi o encerramento de ação judicial nº 0179509-24.2016.8.19.0001, assinado pela OPE em 25 de agosto de 2020. Através do referido acordo a OPE cedeu de forma irrevogável 100% dos direitos da Fazenda Pinaúna para as autoras da ação (R$ 15.000), conforme nota explicativa 32 (d).

22. Transações com partes relacionadas

As movimentações de saldos de empréstimos com partes relacionadas, a pagar e a receber, da controladora e lucros ou perdas associadas foram como segue:

Contas a pagar

	3ROG	OPE	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**-**	**-**	**-**
OPP	-	41.526	41.526
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**-**	**41.526**	**41.526**
OPP	-	(41.526)	(41.526)
SPE 3R	517	-	517
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**517**	**-**	**517**

Contas a receber

	3ROG	OPE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**
SPE 3R	645	-	645
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**645**	**-**	**645**

Remuneração pessoal chave

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

A Companhia é dirigida por um Conselho de Administração composto por, no mínimo 5 e no máximo 11 membros todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato unificado de 2 anos e uma Diretoria eleita pelo Conselho de Administração compostos por, no mínimo 3 e no máximo 7 membros, sendo um diretor presidente, um diretor de relações com investidores, um diretor financeiro e os demais sem designação específica. A remuneração total anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria estão no quadro a seguir:

	2020	2019
Remuneração e benefícios	31.044	3.918
Encargos sociais	5.427	1.212
Total	**36.471**	**5.130**

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia era administrada por uma diretoria composta por 4

diretores, durante o ano de 2020 em decorrência da reorganização societária e aquisição de novos ativos o quadro de administradores da Companhia passou a ser composto por 9 diretores.

23. Provisão para abandono

Os valores de abandono são mensurados pelo prazo de concessão do projeto são trazidos à valor presente para fins de reconhecimento inicial. O passivo de abandono é atualizado anualmente ou quando exista alguma evidência objetiva que seu valor possa estar materialmente inadequado. As revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do exercício (resultado financeiro líquido).

A movimentação do saldo da provisão para abandono está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Saldo inicial	**-**	**-**	**106.630**	**121.780**
Constituição provisão - SPE 3R (a)	-	-	135.411	-
Revisão de premissas - OPP (b)	-	-	(21.486)	(15.667)
Revisão de premissas - SPE 3R (c)	-	-	24.906	-
Reversão de provisão - OPP	-	-	-	(737)
Atualização da provisão do abandono	-	-	6.535	14.932
Ajuste de conversão	-	-	30.845	(13.678)
Saldo final	**-**	**-**	**282.841**	**106.630**

(a) Este valor refere-se a estimativa de custos inicial associados ao abandono dos ativos no final das operações em 2052, incluindo o valor total de R$ 68.857 a ser reembolsado pela Petrobras à Companhia como compartilhamento do custo de descomissionamento de determinados poços e plataformas.

(b) A provisão de abandono de Pescada e Arabaiana tem o prazo final estimado das operações em 2046. Em 31 de dezembro de 2020 a taxa de desconto foi revisada para 4,34% a.a. em 31 de dezembro 2019, era 4,06% a.a. e a estimativa de custo corrigida pela inflação. As demais premissas da provisão de abandono foram mantidas.

(c) A provisão de abandono do Polo Macau teve a taxa de desconto revisada de 5,73% a.a. em 28 de maio de 2020 data esta de início das operações do Polo Macau, para 5,03% a.a. em 31 de dezembro de 2020 e a estimativa de custo corrigida pela inflação. As demais premissas da provisão de abandono foram mantidas.

24. Provisão de contingências

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas. Com base no parecer de seus consultores jurídicos internos e externos, a Administração considera a provisão para perdas registradas suficiente para cobrir as perdas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Trabalhista	706	1.417	706	1.417
Cível	-	-	254	-
	706	**1.417**	**960**	**1.417**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas são objeto de ações tributárias, trabalhistas e cíveis cujas probabilidades de perda são avaliadas como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos pelo valor aproximado de R$ 53.298 (R$ 222.888 em 31 de dezembro de 2019).

A redução do montante divulgado em 31 de dezembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019, refere-se a um acordo extrajudicial celebrado entre as partes envolvidas para o encerramento da ação judicial nº 0179509-24.2016.8.19.0001, o qual foi apresentado ao juízo competente em 2 de setembro de 2020 e homologado em 28 de setembro de 2020. O referido acordo contempla o pagamento do valor de R$ 500, o qual foi realizado no dia 10 de novembro de 2020 e uma dação em pagamento da Fazenda Pinaúna, registrada no imobilizado e em outras obrigações no balanço patrimonial da OPE (vide nota explicativa 21 (c)).

Abaixo os montantes envolvidos com probabilidade de perda possível, suportado pela avaliação dos assessores jurídicos externos:

	2020	**2019**
Cível	940	203.607
Trabalhista	10.238	1.976
Tributária (a)	41.658	17.305
Outros	462	-
	53.298	**222.888**

(a) A Companhia é ainda parte passiva em processo administrativo da Fazenda Nacional contra a OPE, cujo objeto é a lavratura de 11 autos de infração por suposta omissão de receitas de aplicação financeira no cálculo de IRPJ e CSLL, decorrente de fatos geradores dos períodos de outubro de 2001 à julho de 2003, no valor de R$ 33.053 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R$ 32.630 em 31 de dezembro de 2019). Ainda, a Companhia é parte passiva em processo administrativo da Fazenda Nacional contra a OPP, no valor de R$ 4.970 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 4.853 em 31 de dezembro de 2019) referente a auto de infração lavrado em decorrência de glosa da dedutibilidade de despesas operacionais sob o fundamento de que a controlada não teria apresentado documentação idônea para tais despesas.

25. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido ativo constituído em 2019 é resultante de 34% da base de diferenças temporárias dedutíveis no valor de R$ 1.184 somado a R$ 5.175, constituído a partir da base de prejuízo fiscal da Companhia e respeitando o limite de 30% do lucro tributável por ano e a constituição desse saldo está atrelada a expectativa de lucros futuros para utilização.

Ainda em 2019 o imposto diferido passivo representa a obrigação futura sobre a diferença temporária gerada pelo ganho na compra vantajosa da OP Pescada e OP Energia e parcela do imposto ativo resultante de diferenças temporárias e prejuízo fiscal. No exercício de 2020 a Administração reviu seu planejamento estratégico concluindo que não há mais o interesse da alienação do ativo em questão, por tanto o saldo de imposto de renda diferido passivo relacionado a esta operação foi integralmente baixado.

O imposto diferido ativo constituído em 31 de dezembro de 2020, é resultante de 34% da base de diferenças temporárias dedutíveis no valor de R$ 16.489, constituído a partir da base de prejuízo fiscal da Companhia e respeitando o limite de 30% do lucro tributável por ano e a constituição desse saldo está atrelada a expectativa de lucros futuros para utilização. A expectativa de utilização deste imposto diferido é para o ano de 2021.

Os ativos fiscais diferidos e passivo compõem-se de:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Ativos diferidos sobre diferença temporária	-	1.184	16.489	1.184
Ativos diferidos sobre prejuízo fiscal	-	5.175	-	5.175
Ganho de compra vantajosa - Investimento (deságio)	-	(21.199)	-	(21.199)
	-	**(14.840)**	**16.489**	**(14.840)**

Conforme nota explicativa 1, a Companhia está em processo de aquisição dos restantes 65% de *working interest* de Pescada e Arabaiana não tendo interesse em realizar a alienação deste ativo. Portanto, o saldo de imposto de renda diferido passivo relacionado a esta operação foi integralmente baixado em 31 de outubro de 2020.

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários fiscais a compensar com lucros tributários futuros e não contabilizados no montante de R$ 347.764 a título de prejuízo fiscal por não ser possível afirmar que sua realização é presentemente considerada provável.

No momento em que o modelo financeiro adotado no plano geral de negócio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia demonstrar que seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e adições temporárias apresentarem sua provável realização, a Companhia e suas controladas efetuarão a contabilização destes créditos fiscais.

	3ROG	**OPE**	**Candeias**	**Total**
Prejuízo fiscal e Base negativa	139.097	808.215	74.994	1.022.306
Imposto de renda 25%	34.774	202.054	18.749	255.576
Contribuição social 9%	12.519	72.739	6.749	92.008
	47.293	**274.793**	**25.498**	**347.764**

Nos termos do contrato de compra e venda assinado entre o atual e o antigo controlador, caso a Companhia venha a aproveitar-se dos prejuízos fiscais acima descritos, o antigo controlador, poderá fazer jus, à título de *earn-out* (pagamento contingente) ao valor equivalente de até 30% do benefício auferido pela 3R OG em decorrência de sua utilização.

Valores reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	**-**	**(6.229)**	**(2.858)**
Despesas do exercício corrente	-	-	(6.229)	(2.858)
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido	**14.840**	**(977)**	**31.329**	**(977)**
Diferenças temporárias	19.801	3	29.190	3
Prejuízo fiscal de exercício anteriores	(4.961)	(980)	2.139	(980)
Total de despesas tributárias	**14.840**	**(977)**	**25.100**	**(3.835)**

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes e a despesa de imposto de renda e de contribuição social apurada no resultado é demonstrada como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(238.492)**	**(30.989)**	**(301.630)**	**(28.131)**
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados pelas alíquotas efetivas	**81.087**	**10.536**	**102.554**	**9.565**
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	**(66.247)**	**(11.513)**	**(77.454)**	**(13.400)**
Adições permanentes	(167)	20.981	(12.486)	(10.542)
Impacto de alíquota diferencial no modelo de lucro presumido de controlada	-	-	(5.847)	(2.858)
Equivalência patrimonial	(72.098)	(32.494)	-	-
Diferenças temporárias para as quais não foi constituído ativo fiscal diferido	512	-	6.220	-
Constituição / baixa IR/CS diferidos anos anteriores	14.840	-	16.979	-
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo diferido	(9.334)	-	(82.320)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido no exercício	**14.840**	**(977)**	**25.100**	**(3.835)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(6.229)	(2.858)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.840	(977)	31.329	(977)
Alíquota efetiva	**6%**	**-3%**	**8%**	**-14%**

Conciliação da alíquota de imposto efetiva de Pescada (Lucro Presumido):

	2020	2019
Receita bruta	50.645	44.500
Base de cálculo (8%)	4.052	3.560
Outras receitas	12.681	4.448
Total da base de cálculo	16.733	8.008
IRPJ apurado (15%)	2.510	1.201
Adicional (10%)	1.649	777
Total de Imposto de Renda	**4.159**	**1.978**
Receita bruta	50.645	44.500
Base de cálculo (12%)	6.077	5.340
Outras receitas	12.681	4.448
Total da base de cálculo	18.758	9.788
Total da CSLL (9%)	1.688	880
Total IRPJ/CSLL no exercício	**5.847**	**2.858**

26. Arrendamentos

Direito de uso – Ativo

	Controladora	Consolidado
	Imóveis	Imóveis
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**-**	**-**
Adições de arrendamentos	2.205	2.205
Depreciação	(551)	(551)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.654**	**1.654**
Depreciação	(47)	(415)
Transferência para SPE 3R	(1.607)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**-**	**1.239**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui contrato de locação do escritório da sede, sendo o principal contrato de arrendamento referente ao aluguel do escritório, com prazo de 48 meses. O valor reconhecido foi mensurado descontando os pagamentos mínimos contratuais restantes ao valor presente, utilizando a taxa de desconto média de 10,15 %.

Arrendamentos – Passivo

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**-**	**-**
Adições de arrendamentos	2.205	2.205
Pagamentos de arrendamentos	(629)	(629)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	32	32
Saldos de 31 de dezembro de 2019	**1.608**	**1.608**
Pagamentos de arrendamentos	(56)	(412)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	47	91
Transferência para SPE 3R	(1.599)	-
Saldos de 31 de dezembro de 2020	**-**	**1.287**
Circulante	-	282
Não circulante	-	1.005

Em 2020 o contrato de locação do prédio administrativo foi cedido para a SPE 3R, o vencimento das prestações do passivo de arrendamento ocorrerá em 31 de dezembro de 2022.

27. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia estava distribuído da seguinte forma:

	Quantidade de ações			
Acionistas	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**	**Participação no capital social**
Angel Fundo de Investimento em Part. Multiestratégia	26.515.575	13.550.097	40.065.672	93,6%
Outros	2.440.990	300.000	2.740.990	6,4%
	28.956.565	**13.850.097**	**42.806.662**	**100%**

Composição do capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia era de R$ 327.267 dividido em 42.806.662 ações.

Em fevereiro de 2020 a Ônix adquiriu da Angel Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia 100% das ações da Companhia, diminuindo o capital social da Companhia em R$ 687.

Em 31 de agosto de 2020, a Administração aprovou em Assembleia Geral da Companhia o grupamento de ações na proporção de 1/36. Dessa forma, o capital social permaneceu em R$ 326.580, dividido em 1.189.074 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 09 de novembro de 2020 ocorreu a incorporação da 3R Participações S.A., empresa controlada pelo mesmo grupo econômico. Este evento aumentou o capital social da Companhia em R$ 263.308, emitindo 60.741.863 ações ordinárias. Ato seguinte, houve o *Roll Up* das ações da DBO, antes sócia

da SPE 3R, que neste movimento de incorporação passou a ser acionista da Companhia, aumentando seu capital em R$ 68.730 com a emissão de 14.716.262 novas ações ordinárias.

Na mesma data, a Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 600.000, sendo R$ 480.000 destinados a conta capital social e R$ 120.000 destinados a conta de reserva de capital, com a emissão de 28.571.429 novas ações ordinárias em atendimento à oferta pública de ações (*Free float*).

Em 11 de dezembro de 2020, ocorreu o exercício integral da opção de ações suplementares oriundas da oferta pública de ações realizada pela Companhia em 13 de novembro de 2020, aumentando o capital social em R$ 90.000 emitindo 4.285.714 novas ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia ficou assim distribuído:

Acionistas	Capital social	Quantidade de ações	Participação
FIP 3R	140.155	31.767.365	29,010%
FIP Esmeralda	103.759	23.517.759	21,477%
Starônix	325.991	1.189.074	1,086%
DBO	68.730	14.716.262	13,439%
Outros acionistas	589.983	38.313.282	34,988%
	1.228.618	**109.504.342**	**100%**

Ações em tesouraria
Ações em tesouraria compreendem o custo das ações detidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha R$ 118 em ações em tesouraria. Em setembro de 2020, essas ações foram canceladas.

Reservas de capital
Em 09 de novembro de 2020, a Administração da Companhia na aprovação do aumento de capital da Companhia, em atendimento à oferta pública de ações (*Free float*), no valor de R$ 600.000, destinou R$ 120.000 à conta de reserva de capital.

Os custos de transação incorridos para a realização da oferta pública de ações (*Free float*), no valor de (R$ 55.759) foram registrados como reserva de capital para absorção do prêmio originado na subscrição de ações.

A Administração da Companhia decidiu destinar o saldo registrado nas reservas de capital para a absorção parcial dos prejuízos acumulados, sendo assim a Companhia em 31 de dezembro de 2020 deixou de possuir saldos em reservas de capital.

Ajuste acumulado de conversão
A Companhia registrou na rubrica “ajuste acumulado de conversão” o montante de R$ 100.501 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R$ 12.840 em 31 de dezembro de 2019), totalizando o saldo de R$ 108.980 (R$ 8.479 em 31 de dezembro de 2019).

Dividendos
O estatuto social da Companhia prevê o percentual de 0,0001% como dividendo mínimo obrigatório. A distribuição dos lucros adicionais serão decididos pelos sócios após reunião de sócios-quotistas. Não houve distribuição de dividendo na Companhia em 2019 e 2020.

28. Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais as demonstrações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, a fim de alocar recursos na avaliação do desempenho dos gestores de determinado segmento. Mediante esta definição, a Companhia possui um único segmento operacional, na qual consiste em exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Portanto, ela não apresentou informações segregadas.

29. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receita bruta de óleo	-	-	234.873	12.281
(-) Deduções da receita	-	-	(62.989)	(2.659)
Receita de óleo, líquida	**-**	**-**	**171.884**	**9.622**
Receita bruta de gás	-	-	41.539	29.072
(-) Deduções da receita	-	-	(9.169)	(6.294)
Receita de gás, líquida	**-**	**-**	**32.370**	**22.778**
Receita líquida total	**-**	**-**	**204.254**	**32.400**

A receita líquida consolidada da Companhia é oriunda dos campos de Pescada e Arabaiana e Polo Macau, sendo a Petrobras o único cliente.

30. Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Custos de operação	-	-	(12.592)	(6.538)
Custos com manutenção e reparo	-	-	(862)	(278)
Royalty - petróleo e gás	-	-	(20.180)	(2.905)
Depreciação e amortização	-	-	(38.253)	(5.304)
Tratamento de água e energia elétrica	-	-	(12.064)	-
Serviços de terceiros	-	-	(16.459)	-
Seguro risco petróleo	-	-	(3.235)	-
Outros	-	-	(2.590)	(1.006)
	-	**-**	**(106.235)**	**(16.031)**

31. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Honorários a diretores e conselheiros	(2.104)	(1.058)	(4.036)	(1.058)
Salários e encargos	(1.342)	(9.383)	(19.360)	(13.373)
Prêmio e bonificação atrelados ao OPA	-	-	(9.994)	-
Benefícios a funcionários	(97)	(1.113)	(2.051)	(1.367)
Aluguel e manutenção escritório	-	(417)	-	(538)
Serviços prestados por terceiros (a)	(1.915)	(974)	(12.387)	(7.770)
Depreciação e amortização	(141)	(1.203)	(1.380)	(1.929)
Provisão de contingências	711	(467)	457	(103)
Compartilhamento de custos (b)	973	10.026	-	-
Despesas tributárias	(816)	(170)	(2.840)	(13.605)
Ajustes de conversão - OPE	-	-	(429)	-
Outras despesas	(875)	(608)	(7.518)	(4.134)
	(5.606)	**(5.367)**	**(59.538)**	**(43.877)**

(a) Refere-se principalmente a serviços de assessoria jurídica, consultorias e auditorias contábeis. Em 2020 a SPE 3R realizou a implementação de controle, gestão de normas e procedimentos de qualidade, meio ambiente e segurança de forma integrada, para atendimento aos regulamentos técnicos da ANP e gestão das normas regulamentadoras brasileiras no valor de R$ 1.080.

(b) No segundo trimestre de 2019 a Companhia adotou o compartilhamento de custos com suas controladas. Em função da reorganização societária, conforme nota explicativa 1, o compartilhamento de custos foi suspenso entre a Companhia e suas controladas em 2020, devendo ser retomado no exercício de 2021.

32. Outras despesas / receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Despesa com operador (a)	-	-	(42.838)	(18.965)
Devolução de concessão (b)	-	(1.576)	-	(23.095)
Ajuste na provisão de abandono - OPP	-	-	21.486	13.680
Ajustes de conversão - OPE	-	-	(5.803)	-
Compartilhamento de custos	-	11.038	-	-
Despesas com gastos exploratórios	-	(1.693)	-	(6.457)
Despesas com gastos com desenvolvimento	-	-	-	(1.809)
Outras despesas / receitas (c)	(1.666)	(53)	(16.923)	(1.182)
	(1.666)	**7.716**	**(44.078)**	**(37.828)**

(a) Valor pago ao antigo controlador referente ao contrato de compra e venda da 3R OG, no valor de R$ 29.454, prestação de contas da Petrobras, no valor de R$ 7.323 e R$ 6.061 referente a devolução dos blocos B-CAM-40, venda de Camarupim e outros.

(b) Devolução de concessão de Parnaíba em maio de 2019 (Candeias).

(c) Trata-se do registro da obrigação de fazer relativa ao acordo extrajudicial, no valor de R$ 15.000, assinado pela OPE em 25 de agosto de 2020, conforme nota explicativa 21 e R$ 1.188 referente a bloqueios judiciais realizados nos processos trabalhistas no qual a Companhia faz parte, sendo considerados de recuperação improvável.

32.1 (Perda) / reversão no valor recuperável de ativos

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Campo Pescada e Arabaiana (a)	-	-	(46.130)	31.709
Campo Parnaíba (b)	-	-	-	(453)
Campo Camarupim (c)	-	-	-	18.799
Campo Camarão (d)	-	-	(113.505)	-
Fazenda Pinaúna (e)	-	-	(7.120)	-
	-	**-**	**(166.755)**	**50.055**

(a) *Impairment* realizado na unidade geradora de caixa dos campos de Pescada e Arabaiana considerando redução da taxa de desconto para 7,59% a.a., atualização do preço do petróleo e gás conforme projeção divulgada pela Platts e ajuste no OPEX considerando a certificação das reservas concluída em 30 de junho de 2020 no valor de R$ 46.130 utilizando técnica de fluxo de caixa descontado para determinação do valor em uso (reversão de *impairment* de R$ 31.709 em 31 de dezembro de 2019).

(b) As estimativas e premissas utilizadas pela Companhia, consideradas razoáveis pela Administração, indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas no montante de R$ 453 em 2019. Foi constituída uma redução no valor recuperável de 100% do valor contábil devido a devolução do bloco.

(c) O campo de Camarupim estava sem operação desde 2017 em função da expectativa da Companhia de recuperação do campo com base no valor em uso do exercício. Ativos da indústria de óleo e gás geralmente não são práticos para a determinação de seus valores justos, uma vez que não há mercado de negociação ativo e cada ativo possui características próprias. Em 2019, a OPE iniciou negociações com a Petrobras para uma potencial venda do campo de Camarupim. Os valores vinculados a oferta foram utilizados como base para a reversão do *impairment* no montante de R$ 18.799. Em 30 de agosto de 2019, a transação foi assinada, e em 2020 esta transação foi fechada. Essa apuração do valor justo é considerada um valor justo nível 3 da hierarquia, pois não há input observável, apenas a oferta vinculativa de um terceiro. Se houvesse uma variação de 10% sobre a transação, a empresa teria um impacto de uma reversão de R$ 1.879 a menor.

(d) *Impairment* realizado na unidade geradora de caixa do campo de Camarão considerando redução na taxa de desconto para 7,59% a.a., 12 anos de produção a partir de 2023 e custos de desenvolvimento devido a uma sinergia com um campo produtor existente próximo a Camarão, resultando em uma redução ao valor recuperável de R$ 113.505 utilizando a técnica de fluxo de caixa descontado para determinação do valor em uso.

(e) *Impairment* efetuado na Fazenda Pinaúna, referente a um acordo extrajudicial, para encerrar o processo 0179509-24.2016.8.19.0001, onde a Fazenda Pinaúna foi avaliada pelo valor de R$ 15.000, determinando um *impairment* de R$ 7.120.

33. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	223	188	8.103	4.605
Atualização de depósitos judiciais	3	1	3	386
Atualização monetária - debêntures	-	-	51.337	-
(-) Tributos	(12)	-	(2.747)	-
Ganhos com operações de *hedge*	-	-	14.151	-
Outras receitas financeiras	23	239	4.220	1.536
	237	**428**	**75.067**	**6.527**
Despesas financeiras				
Incremento de abandono	-	-	(6.621)	(14.931)
Juros - Partes relacionadas	-	(1.237)	-	-
Juros - Arrendamento	(6)	(32)	(98)	(32)
Juros - Debêntures	-	-	(61.807)	-
Atualização monetária - Debêntures	-	-	(28.392)	-
Perdas com operações de *hedge*	-	-	(52.768)	-
Variação cambial líquida (a)	(19.339)	-	(45.989)	(3.985)
Outras despesas financeiras	(59)	(3)	(8.670)	(429)
	(19.404)	**(1.272)**	**(204.345)**	**(19.377)**
Resultado financeiro líquido	**(19.167)**	**(844)**	**(129.728)**	**(12.850)**

(a) Refere-se a variação cambial resultante da conversão dos valores das empresas OPP e OPE da moeda funcional dólar para a moeda de apresentação real, no valor de R$ 24.622, conforme nota explicativa nº 4 e R$ 21.367 referente à resultado de conversão de aplicação financeira não resgatada em fundo de investimento cambial aplicado pela Companhia conforme nota explicativa n° 9.1.

34. Lucro por ação

Cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para os potenciais ações ordinárias dilutivas. Não há diferença entre o cálculo de resultado por ação básico e diluído em virtude da inexistência de potenciais ações dilutivas.

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Prejuízo do exercício	(223.652)	(31.966)	(276.530)	(31.966)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	16.244.556	1.189.074	16.244.556	1.189.074
Resultado líquido básico e diluído por ação - R$	**(13,77)**	**(26,88)**	**(17,02)**	**(26,88)**

As 1.189.074 ações ordinárias nominativas referem-se ao grupamento das 42.806.662 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal na proporção de 1/36 conforme nota explicativa 27.

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Classificação contábil e valores justos

Na medida do possível a Companhia usa dados observáveis de mercado para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo e são classificados considerando as entradas usadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

Nível 1	preços cotados (não ajustados) em mercados observáveis para ativos e passivos idênticos.
Nível 2	insumos, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
Nível 3	insumos para o ativo ou passivo que não estão baseados em dados de mercado observáveis (insumos não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

		Controladora		Consolidado	
	Nível	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	1	256.742	3.832	287.942	63.573
Aplicações financeiras	1	313.571	-	417.520	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	44.671	3.536
Contas a receber com partes relacionadas	-	645	-	-	-
		570.958	**3.832**	**750.133**	**67.109**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores	-	1.581	148	22.445	778
Debêntures	-	-	-	632.785	-
Partes relacionadas	-	-	41.526	-	-
Obrigações com operador	-	1.676	1.697	896	2.678
Outras obrigações	-	1.864	11	24.922	15.072
		5.121	**43.382**	**681.048**	**18.528**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado					
Derivativos	2	-	-	34.349	-
		-	**-**	**34.349**	**-**

Os ativos e passivos financeiro mensurados ao custo amortizado apresentados acima possuem os seus valores similares aos valores justos devido às suas características, com exceção das debêntures. O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 892.179 (nível 2).

No quarto trimestre de 2020, em cumprimento da Política de Hedge da Companhia, exigida pelo seu principal credor, a Administração realizou operações de hedge para parte de sua produção dos próximos 12 meses. Um preço médio de US$ 45 por barril foi obtido com os *Non-Deliverable Forward* (“NDF”), e um piso de US$ 35 por barril para as PUTs e um teto de US$ 46 por barril para as CALLs.

Em 31 de dezembro de 2020, os contratos oferecem cobertura para 1.075 mil barris que se espera que sejam vendidos nos próximos 12 meses.

		Valor justo registrado em	
Instrumento	**Quantidade**	**2020**	**2019**
NDFs	525.000	(17.338)	-
Collars	550.000	(17.011)	-
Total	**1.075.000**	**(34.349)**	**-**

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de derivativos abaixo refere-se a operações de NDF para proteção contra a oscilação de preços do petróleo (*Brent*).

				Valor de referência (Nocional)		Valor justo da posição NDF vendida de NDF		Provisão para perda na posição líquida ao valor justo	
	Instrumento	**Quantidade (barris)**	**Vigência**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
04/01/2021	NDF Itaú 01	40.000	04/01/2021	8.784	-	10.441	-	(1.657)	-
01/02/2021	NDF Itaú 02	50.000	01/02/2021	11.251	-	13.394	-	(2.143)	-
01/03/2021	NDF Itaú 03	50.000	01/03/2021	11.274	-	13.388	-	(2.114)	-
01/04/2021	NDF Itaú 04	45.000	04/01/2021	10.382	-	12.036	-	(1.654)	-
03/05/2021	NDF Itaú 05	45.000	01/02/2021	10.411	-	12.008	-	(1.597)	-
01/06/2021	NDF Itaú 06	35.000	01/03/2021	7.961	-	9.306	-	(1.345)	-
01/07/2021	NDF Itaú 07	35.000	01/04/2021	7.996	-	9.274	-	(1.277)	-
02/08/2021	NDF Itaú 08	35.000	03/05/2021	8.016	-	9.242	-	(1.226)	-
01/09/2021	NDF Itaú 09	35.000	01/06/2021	8.019	-	9.208	-	(1.190)	-
01/10/2021	NDF Itaú 10	35.000	01/07/2021	8.036	-	9.176	-	(1.140)	-
01/12/2021	NDF Itaú 11	40.000	02/08/2021	9.567	-	10.414	-	(847)	-
03/01/2022	NDF Itaú 12	80.000	01/09/2021	19.603	-	20.751	-	(1.148)	-
	Total	**525.000**		**121.300**	**-**	**138.638**	**-**	**(17.338)**	**-**

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de derivativos abaixo refere-se a operações com opções e *collars* sem custo, para proteção das oscilações do preço do petróleo (Brent).

				Valor justo das opções de VENDA, posições compradas		Valor justo das opções de COMPRA, posições vendidas		Provisão para perda na posição líquida ao valor justo	
	Instrumento	**Quantidade (barris)**	**Vigência**	**2020**	**2019**	**2020**	**2020**	**2020**	**2019**
01/04/2021	Collar 01	43.000	01/04/2021	64	-	(1.351)	-	(1.287)	-
03/05/2021	Collar 02	44.000	03/05/2021	109	-	(1.442)	-	(1.333)	-
01/06/2021	Collar 03	44.000	01/06/2021	154	-	(1.473)	-	(1.319)	-
01/07/2021	Collar 04	44.000	01/07/2021	201	-	(1.511)	-	(1.310)	-
02/08/2021	Collar 05	44.000	02/08/2021	222	-	(1.590)	-	(1.368)	-
01/09/2021	Collar 06	44.000	01/09/2021	239	-	(1.617)	-	(1.378)	-
01/10/2021	Collar 07	43.000	01/10/2021	241	-	(1.626)	-	(1.385)	-
01/11/2021	Collar 08	80.000	01/11/2021	636	-	(3.620)	-	(2.984)	-
01/12/2021	Collar 09	80.000	01/12/2021	719	-	(2.761)	-	(2.042)	-
04/01/2021	Collar 10	23.000	04/01/2021	-	-	(618)	-	(618)	-
01/02/2021	Collar 11	28.000	01/02/2021	-	-	(937)	-	(937)	-
01/03/2021	Collar 12	33.000	01/03/2021	17	-	(1.067)	-	(1.050)	-
	Total	**550.000**		**2.602**	**-**	**(19.613)**	**-**	**(17.011)**	**-**

b) Gerenciamento dos riscos financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

i. Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

ii. Risco de crédito

O risco refere-se principalmente às disponibilidades e às contas a receber da Companhia. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, minimizando seus riscos. A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. As vendas da Companhia estão concentradas, substancialmente, na Petrobras, classificada Baa2, BB- pela *Mody's Standar & Poor*'s e *Fitch* respectivamente. Sendo assim, a Administração considera que o risco de inadimplência dos seus créditos é baixo, uma vez que, a Companhia fornece insumo básico para o negócio do seu único cliente (Petrobras).

iii. *Derivativos*

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado na agência de rating de crédito.

iv. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade de a Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020. Esses valores são brutos e não-descontados e incluem pagamentos de juros contratuais:

	2019				
	Controladora				
	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	148	148	-	-	-
Partes relacionadas	41.526	-	41.526	-	-
Outras obrigações	11	11	-	-	-

	Consolidado				
	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	778	778	-	-	-
Outras obrigações	15.072	15.072	-	-	-

	2020				
	Controladora				
	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	1.581	1.581	-	-	-
Outras obrigações	1.864	81	1.783	-	-

	Consolidado				
	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	22.445	22.445	-	-	-
Debêntures	632.785	9.566	623.219	-	-
Derivativos	34.349	34.349	-	-	-
Outras obrigações	24.922	15.494	9.428	-	-

v. Riscos de mercado

São possíveis mudanças nos preços do mercado que podem afetar os fluxos de caixas futuros e/ou o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

Os riscos do mercado são:

- Riscos de taxa de juros;
- Riscos de moeda (taxa de câmbio); e
- Outros riscos de preços.

vi. Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos captados.

vii. Risco de moeda

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados. O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida:

	Consolidado	
	2020	**2019**
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	185.943	-
Aplicações financeiras	298.038	-
Passivos		
Derivativos	(34.349)	-
Debêntures	(684.812)	-
Total da exposição cambial líquida	**(235.180)**	**-**

viii. Análise de Sensibilidade

A Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a mesma esteja exposta.

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real e USD, contra todas as outras moedas em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

		Consolidado			
	Risco	**2020**	**Cenário Provável**	**Impacto Cenário (II)**	**Impacto Cenário (III)**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa - USD	Desvalorização do dólar	185.943	184.272	230.340	276.408
Aplicações financeiras - USD	Desvalorização do dólar	298.038	295.360	369.200	443.040
Passivo					
Derivativos	Valorização do dólar	(34.349)	(34.040)	(42.551)	(51.061)
Debêntures	Valorização do dólar	(684.812)	(678.658)	(848.322)	(1.017.987)
Total da exposição líquida		**(235.180)**	**(233.066)**	**(291.333)**	**(349.600)**

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, considerou-se no cenário provável a projeção de taxa média de câmbio divulgada no relatório FOCUS emitido pelo BACEN para o período findo em 31 de dezembro de 2020 (US$ 1/R$ 5,15). No cenário I esta projeção foi majorada em 25% e no cenário II a projeção foi majorada em 50%, ambas em relação ao cenário provável. Em 31 de dezembro de 2019 não houve impactos nos cenários demonstrados acima para aplicações financeiras, derivativos e debêntures.

ix. Outros riscos de preço

Os riscos de preços para a Companhia são provenientes da variação dos preços do petróleo. As operações com derivativos tiveram como objetivo exclusivo a proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo (até 12 meses).

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma variação no preço do Brent e o efeito no Patrimônio Líquido da marcação a mercado e liquidação dos contratos de NDF e *Collars* em três cenários: (i) Cenário Provável considerando os últimos preços de fechamento no mercado dos contratos futuros em aberto; (ii) Cenário II, considerando valorização de 25% sobre os preços do Cenário I; e (iii) Cenário III, considerando valorização de 50% sobre os preços do Cenário I.

	Risco	2020	Cenário Provável	Cenário possível (I) (∆ 25%)	Cenário remoto (II) (∆50%)
Passivo					
Derivativos	Desvalorização do *Brent*	(34.349)	(35.658)	(74.897)	(114.137)
Total da exposição líquida		**(34.349)**	**(35.658)**	**(74.897)**	**(114.137)**

36. Demonstração do fluxo de caixa (Consolidado)

Abaixo estão demonstradas movimentações das atividades de financiamentos que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios nessas rubricas.

Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

		Fluxo de caixa das atividades de financiamento		Itens que não afetam caixa			
	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Ingressos	Juros pagos	Juros apropriados	Atualização monetária	Custos de transação apropriados	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Debêntures BTG	-	707.209	(61.107)	61.655	(22.945)	-	684.812
(-) Custos de transação	-	(58.899)	-	-	-	6.872	- (52.027)
Total	**-**	**648.310**	**(61.107)**	**61.655**	**(22.945)**	**6.872**	**632.785**

		Fluxo de caixa das atividades de financiamento	Itens que não afetam caixa			
	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Aporte de capital por meio de Oferta Pública de Ações ("OPA")	Redução de Capital	Aumento de capital por meio da Incorporação da 3R Participações	Aumento de capital por meio de Roll up do acionista DBO	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Capital social	327.267	570.000	(687)	263.308	68.730	1.228.618
Total	**327.267**	**570.000**	**(687)**	**263.308**	**68.730**	**1.228.618**

37. Contrato de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Seguros/Modalidades (em milhões)	Importância segurada	Prazo de vencimento
Responsabilidade civil	US$ 25.000	28.02.2021
Risco Operação	US$ 121.277	28.02.2021
Custos com operador	US$ 25.000	28.02.2021
Responsabilidade civil / diretores / acionistas	R$ 40.000	18.02.2021
Responsabilidade civil / diretores / acionistas – SPE 3R	R$ 60.000	03.11.2021
Responsabilidade civil - SPE 3R	R$ 40.000	24.04.2021
Risco Operação - SPE 3R	R$ 50.000	26.11.2021

38. Compromissos assumidos

Abaixo apresentam-se compromissos assumidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

a) Parcela referente à restituições de tributos federais: Pagamento contingente atrelado a eventuais e futuras restituições de Imposto de Renda de Pessoas Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, referente a processos específicos da Companhia os quais totalizam aproximadamente R$ 6.000.

b) Parcela *Gross Overriding Royalties*: Pagamento contingente de 3% sobre a receita bruta auferida pela Companhia decorrente do desenvolvimento de blocos exploratórios específicos da Companhia, caso este ocorra durante período de no máximo 10 anos;

c) Parcela de *Earn Out*: Pagamento contingente atrelado à potencial aferimento de lucro tributável pela da OPE, Candeias e 3R OG.

d) Em 14 de agosto de 2020, a SPE FZB firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos campos terrestres (onshore) de Fazenda Belém e Icapuí, o Polo Fazenda Belém, na bacia Potiguar, no Ceará. O valor da aquisição é de US$ 35,2 milhões. Desse montante, US$ 8,8 milhões (R$ 49 milhões) foram pagos no dia da assinatura em 14 de agosto de 2020 e outros US$ 16,4 milhões serão quitados mediante fechamento da transação. Por fim, US$ 10 milhões serão pagos em doze meses após a conclusão da transação.

e) Em 21 de agosto de 2020 a SPE RV firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 8 campos terrestres (onshore) do Polo Rio Ventura na bacia Recôncavo na Bahia. O valor da aquisição é de US$ 94,2 milhões, sendo (i) US$ 3,8 milhões (R$ 22 milhões) pagos no dia da assinatura, em 21 de agosto de 2020; (ii) US$ 31,2 milhões no fechamento da transação; (iii) US$ 16 milhões que serão pagos em trinta meses após o fechamento da transação; e (iv) US$ 43,2 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados à recuperação do preço de referência do óleo (Brent).

f) Em 17 de dezembro de 2020 a controlada Candeias assinou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras em 14 campos terrestres de produção, denominados Polo Recôncavo, localizados no Estado da Bahia. O valor total da transação é de US$ 250 milhões, sendo (i) US$ 10 milhões pagos em dezembro de 2020; e (ii) US$ 240 milhões no fechamento da transação, ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP.

g) Em 09 de julho de 2020 a controlada OPP firmou contrato para a aquisição de 65% de participação da Petrobras nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. O valor de venda da transação foi de US$ 1.500 (um milhão e quinhentos mil dólares americanos), a ser pago em duas parcelas, sendo US$ 300 (trezentos mil dólares americanos) na assinatura do contrato e US$ 1.200 (um milhão e duzentos mil dólares americanos) no fechamento da transação, sem considerar os ajustes acordados calculados a partir do *effective date* (1º de janeiro de 2020).

39. COVID-19

A Companhia, apoiada nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (“OMS”) e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas administrativas; por meio da operacionalização do regime de trabalho em casa (home office), provendo toda estrutura necessária aos colaboradores para eficiência do modelo implantado, assim como total suporte do departamento de recursos humanos na avaliação da saúde mental dos colaboradores no decorrer do período. Nas áreas operacional, quando a implantação do regime home office se mostrou impraticável, foi estabelecido plano com rigorosa higienização dos locais de trabalho e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs).

Mesmo com o cenário atípico e desafiador ocasionado pela pandemia do COVID-19, não houve impactos relevantes nas operações. Nossas vendas de gás são realizadas de acordo com um contrato de preço fixo, que não foi impactado pela pandemia, tendo em vista, principalmente, que as vendas de gás independem das mudanças no preço do petróleo. Isso mitiga riscos de mercado e protege a geração de caixa da companhia. Com respeito à venda de petróleo houve um impacto significativo considerando que os preços do petróleo caíram a níveis abaixo de US$30 por barril em abril e maio. Apesar do impacto na receita derivada do petróleo, a OP Pescada registrou um aumento na receita líquida em comparação com o mesmo período de 2019; isso se deve a níveis mais altos de produção, pela depreciação do real frente ao dólar e o contrato de preço fixo do gás.

Cumpre ressaltar que a companhia não teve qualquer evento de demissão ou realocação de qualquer colaborador por conta do contexto apresentado.

Com relação à segurança de seus funcionários, a companhia avalia constantemente as melhores práticas para assegurar sua segurança, estando sempre alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde. A companhia anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas, que incluíram:

- Alteração de trabalho presencial para a modalidade de *home-office*, quando possível.
- Quarentena, monitoramento da saúde e testagem
- Checagem geral realizada por profissional de saúde nas unidades de produção
- Uso de máscaras e álcool gel nas unidades de produção
- Campanhas de conscientização através dos meios de comunicação utilizados nas unidades de produção
- Medidas para evitar aglomeração nas unidades de produção

As medidas adotadas pela administração, que estão em constante reavaliação, buscam manter a qualidade operacional e a segurança e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e

da sociedade como um todo, estando alinhados com as medidas determinadas pelas autoridades públicas. A companhia irá continuar atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilantes e prontos a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação.

40. Eventos subsequentes

Mudança nas participações

Em 6 de janeiro de 2021 o BTG Pactual alienou ações ordinárias de emissão da Companhia e sua participação passou a ser aproximadamente 4,63% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Em 12 de janeiro de 2021 o BTG Pactual e o FIP 3R alteraram suas participações acionárias na Companhia. O BTG Pactual passu a deter o equivalente a 9,16% do total de ações ordinárias emitidas pela 3R OG e o FIP 3R passou a deter o equivalente a 24,21% do total de ações ordinárias da 3R OG.

Em 27 de janeiro de 2021 a DBO transferiu à RWE 13.144.546 ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, a RWEST Participações Ltda., empresa alemã focada em energia, com mais de 120 anos de história e valor de mercado de aproximadamente R$ 150 bilhões, tornou-se acionista da Companhia, com uma participação equivalente a 12% do total de ações ordinárias emitidas por esta, enquanto a DBO passou a deter participação equivalente a 1,44%.

Aprovação da ANP de 65% de Pescada e Arabaiana

Em 14 de janeiro de 2021 a diretoria da ANP aprovou a cessão da totalidade da participação da Petrobras para a OPP nos Contratos de Concessão nº 48000.003912/97-84 (Pescada), nº 48000.003913/97- 47(Arabaiana) e nº 48000.003907/97-44 (Dentão), sujeita à condições precedentes.

Aumento de Capital na OPE

Em 28 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou o aumento de capital da OPE, no montante total de R$ 13.456, mediante a emissão de 13.456.000 quotas, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, todas subscritas pela Companhia.

Aquisição do Polo Peroá

A Companhia assinou em 29 de janeiro de 2021, através da OPE, subsidiária integral da Companhia, contrato para a aquisição de 50% da participação da Petrobras nos campos de produção de Peroá e Cangoá e BM-ES-21 (Plano de Avaliação de Descoberta de Malombe), denominados conjuntamente Polo Peroá, localizado na Bacia do Espírito Santo. Atualmente a Petrobras é operadora do ativo com 100% de participação e, após a conclusão da transação, a OPE tornar-se-á operadora dos campos em consórcio com a DBO, cuja participação será de 50% do Polo. O valor total da transação é de US$ 55 milhões, sendo (i) US$ 5 milhões pagos na presente data; (ii) US$ 7,5 milhões no fechamento da transação; e (iii) US$ 42,5 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, sendo 50% do valor a ser horando pela 3R e 50% pela DBO. Os valores não consideram eventuais ajustes e correções até o fechamento da transação. Os pagamentos contingentes dividem-se em: (a) US$ 20 milhões a serem pagos caso ocorra a declaração de comercialidade do campo de Malombe, (b) US$ 12,5 milhões a serem pagos caso o Brent alcance US$ 48 na média de 12 meses a qualquer tempo a partir da data do *closing* da operação, e (b.1) a renovação dos contratos de concessão dos campos ou (b.2) a ocorrência da hipótese (a) acima; e (c) US$ 10 milhões se o Brent alcançar US$ 58 na média acima detalhada. Os campos de Peroá e Cangoá estão localizados em águas rasas e registraram produção em novembro de 2020 de aproximadamente 900 mil m³/dia de gás natural (~5.600 boe/d).

Oferta pública subsequente de ações (Follow on)

Em 02 de março de 2021 a Companhia engajou o BTG, a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., o Banco Itaú BBA S.A., o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e a Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. para a prestação de serviços de assessoria financeira no âmbito de uma potencial oferta pública subsequente de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia ("Ações" e "Potencial Oferta", respectivamente).

Ressalta-se que, até o momento, a Companhia não definiu e ou aprovou formalmente a efetiva realização da Potencial Oferta, seus termos e condições, ou quaisquer outras possíveis operações para a emissão das Ações e, portanto, nesta data, não está sendo realizada qualquer oferta pública de distribuição das Ações no Brasil, nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos") ou em qualquer outra jurisdição. A Potencial Oferta estará sujeita, ainda, às condições dos mercados de capitais brasileiro e internacional e à aprovação societária da Companhia. Caso venha a ser realizada, a Potencial Oferta será conduzida em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Parceria com a DBO – aquisição ativos offshore

Em 05 de março de 2021 a Companhia, através de sua subsidiária integral OPE, assinou instrumento contratual com a DBO, cujo objeto é a construção de uma parceria para potenciais aquisições de ativos *offshore* no Brasil que compreendam concessões de produção existentes, em fase de desenvolvimento ou de produção. A eficácia de tal instrumento está sujeita ao atingimento de determinadas condições precedentes.

Ao final da transação, a 3R OG permanecerá controladora da OPE, enquanto a DBO será uma acionista minoritária. A OPE passará a ser detentora de 100% dos direitos adquiridos no Polo Peroá (que contempla os campos Cangoá, Peroá e Malombe, na Bacia do Espírito Santo) e potencialmente de outros ativos que venham a ser adquiridos. Cabe ressaltar que a OPE está habilitada a ser operador "A" perante a ANP, podendo operar blocos e concessões em terra (*onshore*) e em mar (*offshore*), inclusive em águas ultra profundas.

Ricardo Rodrigues Savini
Diretor-Presidente

Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro Braz Rocha
Controller

Wagner Pinto Medeiros
Gerente de Contabilidade

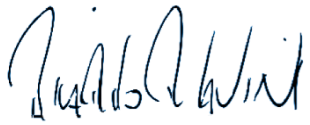
Domingues e Pinho Contadores Ltda
CRC/RJ 001137/O-0

Luciana dos Santos Uchôa
CRC/RJ 081003/O-8

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Ricardo Rodrigues Savini (Diretor Presidente), Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.



Ricardo Rodrigues Savini

Diretor-Presidente

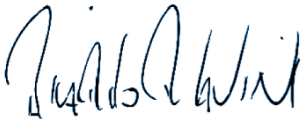
Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Ricardo Rodrigues Savini (Diretor Presidente), Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relator dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações anuais da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.



Ricardo Rodrigues Savini

Diretor-Presidente

Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores